



**Sandra Cristina  
Pereira Bento**

**Impacto nos Activos não Correntes nas Entidades  
com Valores Cotados**



**Sandra Cristina  
Pereira Bento**

**Impacto nos Activos não correntes nas entidades  
com valores cotados**

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Contabilidade ramo Auditoria, realizada sob a orientação científica de Prof. Dr. Domingos José da Silva Cravo, Professor Coordenador do Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro

## **o júri**

presidente

**Prof. Doutora Graça Maria do Carmo Azevedo**  
Professora adjunta do Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro

**Prof. Doutor Manuel Emílio Mota de Almeida Castelo Branco**  
Professor auxiliar da Faculdade de Economia da Universidade do Porto

**Licenciado Domingos José da Silva Cravo**  
Professor Coordenador do Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro

## **agradecimentos**

Ao ISCAA que teve um contributo decisivo na minha formação e muito especialmente ao Prof. Dr. Domingos Cravo, orientador desta dissertação, que desde logo se disponibilizou para esclarecer todas as dúvidas.

Aos meus colegas de tese: Marisa Sousa, Madelina Simões e Paulo Sérgio pelo apoio ao longo destes meses de elaboração do trabalho, mas também a todos os outros colegas de curso que de alguma forma me acompanharam.

Aos meus amigos pela paciência e disponibilidade, muito especialmente à Sandra.

À minha família que sempre me apoiou e ao Rui pelo apoio e incentivo.

## palavras-chave

IFRS; IAS; Harmonização Contabilística; Regulamento; Impactos;

## resumo

A transposição para o direito interno do Regulamento 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho e consequente aplicação das Normas Internacionais de contabilidade às contas consolidadas das entidades com valores cotados na *Euronext* Lisboa implicou diversos ajustamentos às Demonstrações Financeiras e às rubricas que as constituem.

O ano de 2005 foi ano de implementação do novo normativo, no entanto, uma vez que a IFRS 1 obriga as empresas a apresentar valores comparativos e a reportar as IAS/IFRS à data de 01/01/2004 é neste ano que se verificam os impactos e é nos ajustamentos feitos às contas de 2004 que o trabalho se vai centrar.

Neste trabalho são analisadas as circunstâncias que estiveram na base da aprovação do Regulamento 1606/2002 e explica-se brevemente o teor do mesmo. Para além disso faz-se uma referência ao Decreto-Lei 35/2005 que vem definir qual a posição de Portugal face à opção admitida pelo Artº 5º do referido Regulamento. Relativamente ao normativo contabilístico nacional procura-se antever o que se perspectiva para o curto prazo.

Para um melhor entendimento da extensão das alterações introduzidas pelo novo normativo, comparam-se as normas do IASB com o POC e DC. Esta comparação é feita tendo por base as IAS/IFRS que podem, de alguma forma, ter impacto nos activos não correntes.

Finalmente, é desenvolvido um estudo de caso em que após se ter verificado que os activos não correntes sofreram uma alteração positiva de cerca de 1.429.247 milhares de euros, analisaram-se as contas das entidades e retiraram-se elações acerca dos impactos que a aplicação das normas têm em cada uma das rubricas que compõem esses activos. Finalmente efectua-se uma análise dos impactos que a adopção das normas internacionais teve em alguns indicadores financeiros.

Por estar em vias de aprovação o SNC (Sistema de Normalização Contabilística), e apesar dos resultados deste trabalho não serem directamente extrapoláveis, eles podem ser indicativos dos impactos que a aplicação deste novo sistema pode induzir nas empresas portuguesas, se tivermos em atenção que é um sistema fortemente fundamentado nas normas do IASB.

**keywords**

IFRS; IAS; Accounting Harmonization; Regulation; Economical Effects

**abstract**

The transposition into national law of the regulation 1606/2002 of the European Parliament and the Council and the consequent application of international accounting standards for consolidated accounts of the entities with values listed on Euronext Lisbon, involved several adjustments to the financial reports and to the items that they are composed for.

2005 was the year of the implementation of the new accounting policy, however, since IFRS 1 requires the companies to provide comparative figures and report the values based on IAS/IFRS to 01/01/2004, this is the year where effects occurred and is in the adjustments made on accounts of 2004 that the work will focus.

In this work, an analysis of the circumstances which led to the adoption of regulation 1606/2002 is made and is explained briefly its content. Further, is made a reference to Decree-Law 35/2005 which defines the Portuguese position to the option allowed by Art. 5º of the regulation. It is also made a preview of what will happen, in the short time, to the national accounting standards.

For a better understanding of the extent of the changes introduced by the new rules, the work compares the IASB standards with POC and DC. This comparison is based on IAS/IFRS which may, in some way, have impacts on non-current assets.

Finally, a case study is developed in which, after found a positive change on non-current assets of approximately 1.429.247 thousand Euros, we looked up the accounts of the entities and tried to find the reasons of the effects in every item that compose those assets. Finally we carried on an analysis of the impacts that the adoption of the international standards had in some financial indicators.

It is on approval the ASS (Accounting Standards System) and despite the results of this study were not directly extrapolated, they may be indicative of the economical effects that the implementation of the new system may induce in Portuguese companies accounts, bearing in mind that it is a system strongly based in IASB Standards.

## Índice

Índice de tabelas .....	IX
Índice de gráficos.....	X
Lista de Abreviaturas .....	XI
1. Introdução.....	1
2. A Harmonização Contabilística .....	2
2.1. A Génese do Regulamento 1606/2002 .....	2
2.2. O Regulamento 1606/2002 .....	5
2.2.1. A Posição de Portugal Face à Legislação Europeia.....	7
2.2.2. O Decreto-Lei 88/2004 .....	7
2.2.3. O Decreto-Lei 35/2005 .....	8
2.2.4. Perspectivas Futuras .....	9
3. Normas IAS/IFRS que Afectam os Activos não Correntes .....	9
3.1 Análise das Diferenças entre as Normas IAS/IFRS e o Normativo Contabilístico Português .....	11
3.1.1 IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras .....	11
3.1.2 IAS 8 – Políticas Contabilísticas, Alterações de Estimativas Contabilísticas e Erros .....	11
3.1.3 IAS 12 – Imposto sobre o Rendimento .....	12
3.1.4 IAS 16 – Activos Fixos Tangíveis .....	12
3.1.5 IAS 17 – Locações.....	14
3.1.6 IAS 20 – Contabilização dos Subsídios do Governo e Divulgação dos Apoios do Governo .....	14
3.1.7 IAS 23 – Custos de Empréstimos Obtidos.....	15
3.1.8 IAS 27 – Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas .....	15
3.1.9 IAS 28 – Investimentos em Associadas.....	16
3.1.10 IAS 31 – Participação em Empreendimentos Conjuntos.....	17
3.1.11 IAS 32 – Instrumentos Financeiros: Divulgação e Apresentação .....	17
3.1.12 IAS 36 – Imparidade de Activos .....	17
3.1.13 IAS 38 – Activos Intangíveis.....	18
3.1.14 IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Valorização.....	20
3.1.15 IAS 40 – Propriedades de Investimento .....	20
3.1.16 IAS 41 – Agricultura .....	21

3.1.17	IFRS 1 – Aplicação pela Primeira Vez das IFRS .....	22
3.1.18	IFRS 3 – Concentração de Negócios .....	22
3.1.19	IFRS 5 – Activos não Correntes Detidos para Venda e Operações Descontinuadas.....	23
4	Estudo de Caso .....	23
4.1	Metodologia.....	25
4.2	Caracterização do Objecto de Estudo .....	25
4.3	Impacto da Adopção das IAS/IFRS nos Activos Totais.....	27
4.4	Impacto da Adopção das IAS/IFRS nos Activos não Correntes .....	30
4.5	Análise dos Impactos nos Activos Não Correntes .....	32
4.5.1	Activos Fixos Tangíveis.....	33
4.5.2	Propriedades de Investimento.....	35
4.5.3	Activos Biológicos.....	37
4.5.4	<i>Goodwill</i> .....	38
4.5.5	Outros Activos Fixos Intangíveis .....	40
4.5.6	Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos.....	43
4.5.7	Participações Financeiras pelo MEP .....	44
4.5.8	Outros Investimentos .....	46
4.5.9	Outras Contas a receber .....	47
4.5.10	Activos por Impostos Diferidos .....	49
4.5.11	Outros Activos não Correntes.....	51
4.5.12	Activos Disponíveis para Venda.....	52
4.6	Impacto na Análise Financeira .....	54
4.6.1	Rendibilidade Global .....	54
4.6.2	Rendibilidade do Activo Fixo .....	56
4.6.3	Rotação do Activo Fixo .....	58
4.6.4	Endividamento.....	59
4.6.5	Coeficiente de Financiamento do Activo Fixo.....	61
5	Conclusão e Trabalhos Futuros .....	63
6	Bibliografia .....	67



Anexo 1 – Classificação Portuguesa das Actividades Económicas .....	70
Anexo 2 – Impacto no Total dos Activos .....	72
Anexo 3 – Impacto da Adopção das IAS/IFRS nos Activos não Correntes .....	73
Anexo 4 – Variação na Rubrica “Activos Fixos Tangíveis” .....	74
Anexo 5 – Variação na Rubrica “Propriedades de Investimento .....	75
Anexo 6 – Variação na Rubrica “Activos Biológicos” .....	76
Anexo 7 – Variação na Rubrica “Goodwill” .....	77
Anexo 8 – Variação na Rubrica “Outros Activos Fixos Intangíveis” .....	78
Anexo 9 – Variação na Rubrica “Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos” ..	79
Anexo 10 – Variação na Rubrica “Participações Financeiras pelo MEP” .....	80
Anexo 11 – Variação na Rubrica “Outros Investimentos” .....	81
Anexo 12 – Variação na Rubrica “Outras Contas a Receber” .....	82
Anexo 13 – Variação na Rubrica “Activos por Impostos Diferidos” .....	83
Anexo 14 – Variação na Rubrica “Outros Activos não Correntes” .....	84
Anexo 15 – Variação na Rubrica “Activos Disponíveis para Venda” .....	85

**Índice de tabelas**

Tabela 1 ..... 10

Tabela 2 ..... 24

Tabela 3 ..... 33

Tabela 4 ..... 55

Tabela 5 ..... 57

Tabela 6 ..... 58

Tabela 7 ..... 60

Tabela 8 ..... 61

**Índice de gráficos**

Gráfico 1 ..... 26

Gráfico 2 ..... 27

Gráfico 3 ..... 28

Gráfico 4 ..... 29

Gráfico 5 ..... 30

Gráfico 6 ..... 31

Gráfico 7 ..... 31

Gráfico 8 ..... 34

Gráfico 9 ..... 36

Gráfico 10 ..... 37

Gráfico 11 ..... 39

Gráfico 12 ..... 41

Gráfico 13 ..... 43

Gráfico 14 ..... 45

Gráfico 15 ..... 46

Gráfico 16 ..... 48

Gráfico 17 ..... 49

Gráfico 18 ..... 51

Gráfico 19 ..... 53

### Lista de Abreviaturas

CAE	Classificação Portuguesa das Actividades Económicas
CLC	Certificação Legal de Contas
CNC	Comissão de Normalização Contabilística
CRC	Comité de Regulamentação Contabilística (União Europeia)
DC	Directriz(es) Contabilística(s)
DF	Demonstrações Financeiras
DL	Decreto-Lei
EFRAG	<i>European Financial Advisory Group</i>
EM	Estados Membros
GAAP	<i>Generally Accepted Accounting Principles</i>
IAS	<i>International Accounting Standards</i>
IASB	<i>International Accounting Standards Board</i>
IASC	<i>International Accounting Standards Committee</i>
IFRS	<i>International Financial Reporting Standards</i>
IFRIC	<i>International Financial Reporting Interpretations Committee</i>
INE	Instituto Nacional de Estatística
MEP	Método de Equivalência Patrimonial
NI	Norma Interpretativa
POC	Plano Oficial de Contabilidade
SIC	<i>Standing Interpretations Committee</i>
SNC	Sistema de Normalização Contabilística
UE	União Europeia

## 1. Introdução

A harmonização contabilística internacional tem vindo a assumir, nos últimos anos, uma importância fundamental ditada essencialmente pelas alterações dos mercados.

A União Europeia (UE) tem vindo a tomar diversas posições e a assumir compromissos no sentido de tentar harmonizar as normas contabilísticas e de relato financeiro no que concerne aos estados integrantes da União.

Cabe a cada Estado Membro (EM) compreender e acatar as decisões tomadas pela Comissão e tentar, internamente, levar a cabo acções que auxiliem na prossecução de um objectivo que, dada a sua importância num contexto de globalização é já ambicionado por todos: a referida harmonização contabilística.

No sentido de facilitar o acesso ao mercado de capitais das empresas sediadas nos países pertencentes à UE, foram tomadas medidas de adopção das normas Internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Por imperativo de um regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho, estas normas foram aplicadas em 2005 pela primeira vez às contas consolidadas das entidades com valores admitidos à negociação.

Com este trabalho pretende-se estudar os impactos que a alteração de políticas contabilísticas originou nos activos não correntes através de comparação de valores no ano de transição e da análise das contas e relatórios das entidades que adoptaram o novo normativo, não sem antes fazer uma menção aos factos que originaram a publicação do referido regulamento e à posição nacional face à legislação europeia.

Assim, esta dissertação será estruturada em 5 capítulos em que, no introdutório são definidos o objectivo, o âmbito e a estrutura, bem como a metodologia utilizada.

No 2º capítulo apresenta-se de forma resumida a evolução histórica do processo de harmonização contabilística no seio da UE, dando-se ênfase à génese do regulamento 1606/2002. Este tema será abordado de forma teórica.

No 3º capítulo começa-se por apreciar quais as normas que poderão ter impacto nos activos não correntes e são apresentadas as principais divergências entre essas normas e a legislação nacional. Nesta fase do estudo, utilizar-se-á uma metodologia conceptual-

comparativa, dado que se vão estudar e comparar 2 normativos distintos com a finalidade de aferir das diferenças existentes.

No 4º capítulo é feito um estudo de caso, tendo por objecto um total de 35 entidades com valores admitidos à negociação na *Euronext Lisbon*, e em que se procura estabelecer qual o impacto da adopção das IAS/IFRS nos activos não correntes. Mais uma vez a pesquisa seguirá um método conceptual-comparativo.

O 5º capítulo apresenta a conclusão do trabalho e uma proposta para um estudo futuro.

## **2. A Harmonização Contabilística**

### **2.1. A Génese do Regulamento 1606/2002**

Perante a globalização dos mercados, a ausência de uniformidade e comparabilidade da informação contabilística de diferentes entidades em diferentes pontos do globo constitui um entrave aos investimentos internacionais.

A União Europeia (EU) tem tido uma clara preocupação com esta temática, sendo que, numa fase inicial, procurou a convergência dos critérios contabilísticos dos EM através das directivas 78/660/CEE (4ª Directiva) e 83/349/CEE (7ª Directiva). Estas directivas procuraram fornecer aos organismos de normalização contabilística dos diferentes EM uma base harmonizada para a elaboração quer das contas individuais, quer das contas consolidadas das empresas que operavam no interior do espaço europeu, permitindo assim que haja uma maior comparabilidade. Esta acção possibilitou ainda o reconhecimento das contas de qualquer EM para efeitos de admissão à cotação dos valores mobiliários em toda a União.

Muito embora este tenha sido um passo importante no campo da normalização contabilística, a própria Comissão Europeia reconheceu as limitações das directivas que não abordam algumas questões e permitem que se adoptem um sem número de opções, dado que são susceptíveis de diferentes interpretações. Por isso, e também porque as contas elaboradas em conformidade com as directivas não preenchem os pressupostos das normas exigidas em outros países, nomeadamente nos Estados Unidos, a Comissão Europeia publicou, em 1995, um documento intitulado “Uma nova Estratégia Relativamente à Harmonização Internacional”.

Neste documento é reconhecida a problemática das grandes empresas europeias que procuravam financiar-se nos mercados de capitais internacionais, designadamente na bolsa de Nova Iorque e que incorriam em custos significativos. Esses custos decorriam do facto de estas empresas se verem obrigadas a elaborar um segundo conjunto de contas em conformidade com as normas, e esse facto por si só já constituía uma desvantagem concorrencial.

No sentido de tentar fazer face aos problemas expostos, a Comissão avaliou e analisou as possíveis soluções e debateu-as com os Estados Membros.

Assim, e dado que a questão fulcral estava centrada nas empresas de grande dimensão cotadas na bolsa, a primeira abordagem passou pela possibilidade de as excluir do âmbito de aplicação das directivas, permitindo-lhes utilizar diferentes normativos. Esta solução iria implicar uma alteração às directivas, o que tornaria o processo moroso, para além disso, a homogeneização no seio da UE estaria irremediavelmente perdida.

Outra solução possível seria obter um acordo com os Estados Unidos no sentido de reconhecer mutuamente as contas, no entanto, uma vez que as contas das empresas Americanas elaboradas segundo as normas *Generally Accepted Accounting Principles* (GAAP), já eram reconhecidas em todos os Estados integrantes da UE, os Estados Unidos não manifestaram interesse em negociar com a União.

Os problemas no seio da União poderiam ser parcialmente resolvidos se fossem actualizadas as directivas contabilísticas, de forma a incluir algumas soluções técnicas para várias questões contabilísticas que ainda não tinham sido abordadas, contudo, uma revisão desta natureza implicaria um grande dispêndio de tempo e quando as alterações fossem transpostas para o normativo dos EM, já outras questões existiriam para solucionar.

Foi também abordada a possibilidade de criar um organismo europeu de normalização, mas esta seria também uma solução a longo prazo e a maioria dos EM colocou reticências a esta opção, atendendo essencialmente ao facto de que as *International Accounting Standards* (IAS) tinham já alcançado significativos progressos no que tocava à sua aceitação nos mercados mobiliários.

Tendo todos estes aspectos em atenção e atendendo ao facto de que de entre os diversos organismos de normalização contabilística internacionais, o então *International Accounting Standards Committee* (IASC) era o único que obtinha resultados no sentido de ver as suas normas reconhecidas nos mercados de capitais dentro de um prazo que se

considerava razoável, a Comissão decidiu que deveria evitar-se nova legislação ou alteração da legislação existente na UE. Era necessário um enquadramento mais flexível, capaz de responder ao desenvolvimento da economia sem, contudo, contrariar a legislação comunitária.

A Comissão propôs que se estudasse a conformidade das IAS com as directivas contabilísticas, pois a compatibilidade destes normativos constituiria o primeiro passo para que os EM autorizassem as suas empresas de grande dimensão a elaborar e apresentar contas numa base IAS. No caso de eventuais incompatibilidades, deveria ser encontrada uma solução que poderia passar por alterar a norma internacional em questão ou, em caso de absoluta necessidade, poderia propor-se a alteração das directivas.

Tendo em vista a possibilidade de existirem conflitos com normas IAS no futuro, a Comissão considerou a hipótese de delegar competências num Comité, com o intuito de acelerar e simplificar o processo de alteração das directivas e também de assegurar a participação europeia na continuação dos trabalhos do IASB, uma vez que ao Comité de Contacto caberia a responsabilidade de examinar e tomar posição em relação aos futuros projectos de normas (*exposure drafts*) e transmitir essa posição ao IASB para que os resultados deste organismo reflectissem cada vez mais as opções normativas da UE.

Com a finalidade de levar a cabo a sua estratégia, a União efectuou, entre 1996 e 2000, diversos estudos para aferir da compatibilidade entre as Directivas Contabilísticas e as normas IAS, estudos esses que levaram a concluir que não existiam diferenças significativas a assinalar, uma vez que o extenso leque de opções proporcionado pelas directivas fazia com que existisse uma opção das normas IAS que fosse compatível, isto é, existiam, na maioria das circunstâncias, tratamentos contabilísticos similares nas normas internacionais e nas directivas. Foi então concluído que a adopção das IAS não comprometia a segurança jurídica das normas a vigorar no seio da União e que estas eram compatíveis com as directivas em todos os aspectos, à excepção das disposições das IAS que referiam o conceito de “justo valor” (*fair value*), nomeadamente as IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Valorização, IAS 40 – Propriedades de Investimento e IAS 41 - Agricultura, uma vez que as directivas eram “nuas” dessa noção. Por esse motivo, tornava-se necessário rever o normativo Europeu para que se pudesse adoptar o maior número possível de IAS existentes.



Após os estudos efectuados, a UE fez publicar em 2000 um documento intitulado “Estratégia da UE para o futuro em matéria de informações financeiras a prestar pelas empresas”.

Nesse documento, a União comprometia-se a apresentar até ao final desse ano uma proposta formal em que estabelecesse que, todas as entidades cotadas a operar no seio da UE elaborassem obrigatoriamente as suas contas consolidadas, tendo por base o normativo do IASB. Ficou também registado o compromisso de que 2005 seria o prazo máximo para a produção de efeitos do requisito atrás enumerado e que seria dada a possibilidade aos EM de alargar o âmbito de aplicação das IAS às contas individuais e às entidades não cotadas. A proposta deveria também conter disposições transitórias destinadas a incentivar a aplicação antecipada das normas internacionais e definir as modalidades de instituição de um sistema comunitário de aprovação do normativo.

Estabeleceu-se também no referido documento e como acção fundamental que, até ao final de 2001, se apresentasse uma proposta de modernização das directivas.

Para fazer face às lacunas encontradas, aquando dos estudos de compatibilidade e para então permitir a contabilização de determinadas rubricas pelo justo valor, foi publicada uma directiva (Directiva 2001/65/CE) que altera a 4ª e 7ª directivas, bem como a bancária. Esta directiva tem como primordial objectivo a permissão de aplicação do “*fair value*” na valorimetria dos activos financeiros tal como previsto nas IAS, especialmente na IAS 39. As disposições desta directiva deveriam ser transpostas para o ordenamento jurídico interno dos EM até Janeiro de 2004.

## **2.2. O Regulamento 1606/2002**

O segundo passo da estratégia da União Europeia concretizou-se com a aprovação do Regulamento (CE) n.º 1606/2002 pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho em Julho de 2002.

Este Regulamento, tal como estava previsto, fixa níveis mínimos de adopção das Normas Internacionais de Contabilidade em 1 de Janeiro de 2005 e é dada a possibilidade aos EM de alargarem o âmbito de aplicação.

Contrariamente ao que até então tinha vindo a acontecer, a União optou por usar o Regulamento como meio jurídico para fazer adoptar as normas IAS por entender que seria

o que melhor serviria os seus objectivos de celeridade e globalidade de aplicação das normas.

Com este Regulamento, a UE pretende assegurar a eficiência do mercado de capitais e também do mercado interno através de um processo de crescente harmonização contabilística.

O documento especifica que a aceitação das IAS pela Comunidade decorre de um mecanismo de endosso (*endorsement*) através do qual cada uma das normas é aceite ou rejeitada. Obriga, também a que as entidades abrangidas por este regulamento façam uma aplicação integral das normas IAS.

Para tornar o processo mais célere, foram adoptados, por força do Regulamento, procedimentos de comitologia, que se consubstancia no facto de ser a Comissão, ao invés do Conselho e do Parlamento, a adoptar as normas internacionais, isto porque para a rejeição de uma proposta da Comissão é exigida maioria qualificada, sem a qual a proposta é automaticamente aceite. A Comissão é auxiliada por um organismo, o *European Financial Advisory Group* (EFRAG), que é responsável pela análise técnica das normas IAS e por concluir se elas devem ser aceites para aplicação na União. As normas só serão aceites, tal como dispõe o n.º 2 do art.º 3º do Regulamento 1606/2002, se “não forem contra o n.º 3 do art.º 2º da Directiva 78/660/CE e o n.º 3 do art.º 16º da Directiva 83/349/CE e corresponderem ao interesse público europeu e satisfizerem os critérios de inteligibilidade, relevância, fiabilidade e comparabilidade requeridos das informações financeiras necessárias para a tomada de decisões económicas e a apreciação da eficácia da gestão”.

Conforme já mencionado, este Regulamento estabelece mínimos para a aplicação das normas IAS no seio da União, obrigando à sua adopção as empresas com valores cotados no que se refere às suas contas consolidadas (art.º 4º). O Artigo 5º dá permissão aos EM que alarguem o perímetro às empresas cotadas no que concerne às suas contas individuais e a outras entidades que elaborem as suas contas consolidadas e/ou anuais.

O texto das IAS aprovadas ao abrigo do Regulamento 1606/2002 deve, de acordo com o n.º 4 do art.º 3º ser emitido através de Regulamento. Por este motivo, foi publicado em 21 de Setembro de 2003, o Regulamento 1725/2003<sup>1</sup>, em que se divulga o primeiro conjunto de normas *International Financial Reporting Standards* (IAS/IFRS). Este

---

<sup>1</sup> Depois do Regulamento 1725/2003, têm vindo a ser publicados sucessivos regulamentos por força das alterações às IAS já publicadas ou da elaboração de novas normas ou interpretações.

Regulamento integrou no sistema jurídico europeu um conjunto de 32 normas e 28 interpretações *Standing Interpretations Committee* (SIC). A Comissão, após análise dos pareceres do Comité de Regulamentação Contabilística (CRC), concluiu que, apenas duas normas não respeitavam o disposto no art.º 3º do Regulamento 2606/2002, daí que foram excluídas aquando da publicação do Regulamento 1725/2003 as IAS 32 – Instrumentos Financeiros: Divulgação e Apresentação e a IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, bem como as interpretações relacionadas com estas normas, a saber: as SIC 5 – Classificação de Instrumentos Financeiros, SIC 16 – Capital Social e SIC 17 – Capital Próprio.

### **2.2.1. A Posição de Portugal Face à Legislação Europeia**

No que respeita à legislação emitida pelos órgãos da UE, deve entender-se que as Directivas não são de aplicação directa, ou seja, devem ser transpostas para o direito interno de cada EM, já os Regulamentos, pelo contrário, são automaticamente integrados no ordenamento jurídico interno. Apesar disto, o Regulamento 1606/2002, pelo disposto no seu art.º 5º, reveste um carácter quase de Directiva pois obriga a legislação suplementar, caso os EM decidam exercer a opção nele contemplada.

### **2.2.2. O Decreto-Lei 88/2004**

Este Decreto-Lei (DL) foi publicado em 20 de Abril de 2004 e transpôs para o direito interno português a Directiva 2001/65/CE, e constituiu o primeiro documento com aplicação, quer às entidades que adoptam o Plano Oficial de Contabilidade (POC), quer às do sector bancário.

A Directiva definia que os EM poderiam autorizar ou exigir a todas as sociedades ou a determinadas categorias de sociedades que avaliassem pelo justo valor os instrumentos financeiros detidos, incluindo os derivados. Enunciava também que a autorização ou exigência podia restringir-se às contas consolidadas.

Face às possibilidades apresentadas na directiva, Portugal optou, através da publicação do DL 88/2004, por permitir, sem exigir, que fossem adoptados critérios de justo valor na

elaboração das contas consolidadas, quer das empresas do sector bancário, quer das entidades que adoptam o POC.

### **2.2.3. O Decreto-Lei 35/2005**

Em 17 de Fevereiro de 2005 foi publicado o DL 35/2005 que veio definir qual a posição de Portugal face ao Regulamento 1606/2002. Assim, o Estado Português veio dizer quais as entidades obrigadas a adoptar as normas IAS/IFRS e quais as que, no exercício da opção que o art.º 5º do referido Regulamento permite, as podem adoptar.

Este Decreto-Lei definiu que as entidades com valores cotados devessem, obrigatoriamente adoptar o normativo IAS/IFRS aquando da elaboração das suas contas consolidadas a partir do exercício de 2005, ficando dispensadas de as elaborar de acordo com o POC e demais regulamentação nacional.

Portugal decidiu exercer a opção permitida pelo art.º 5º do Regulamento 1606/2002 no que se refere às entidades que adoptam o POC. Assim, as sociedades não obrigadas à aplicação das IAS/IFRS às suas contas consolidadas podem optar por as adoptar para essa finalidade desde que as suas demonstrações financeiras sejam objecto de Certificação Legal de Contas (CLC).

Também permite às entidades que elaborem as suas contas consolidadas com base nas normas do IASB<sup>2</sup> que utilizem esse mesmo normativo aquando da elaboração das contas individuais, desde que sejam objecto de CLC.

É de referir, no entanto que, não obstante a opção dada pelo Estado Português, as sociedades que elaborem as suas contas individuais segundo as normas IAS adoptadas pela União, são obrigadas a manter, para efeitos fiscais, contabilidade organizada de acordo com a normalização contabilística nacional, conforme disposto no art.º 14º do DL 35/2005.

---

<sup>2</sup> Quer as entidades que o fazem por imposição, quer as que o fazem por opção.

#### **2.2.4. Perspectivas Futuras**

Portugal, com vista à harmonização contabilística, tem em aprovação um modelo de normalização contabilística designado por Sistema de Normalização Contabilística (SNC).

Este modelo é claramente próximo ao normativo do IASB aprovado pela União, tendo em vista, contudo, a realidade económica do país. Esta aproximação dos dois normativos decorre de uma proposta de Comissão de Normalização Contabilística (CNC) que tinha por objectivo que o ordenamento jurídico português, em matéria de normalização contabilística, tivesse dois níveis distintos, mas que as normas fossem, tanto quanto possível, semelhantes a fim de não comprometer a comparabilidade. Neste contexto, o 1º nível abrangeria as empresas que adoptam as IAS, enquanto as outras entidades seriam consideradas de 2º nível.

Assim, o SNC consubstancia-se essencialmente na adaptação das normas IAS/IFRS adoptadas pela UE excluindo, no entanto, as que se considerou não terem relevância significativa na preparação das contas das entidades do 2º nível. Este sistema pretende também adaptar as SIC ou *International Financial Reporting Interpretations Committee* (IFRIC) directamente relacionadas com as IAS/IFRS, tal como emitir novas Normas Interpretativas (NI) que se julguem adequadas à realidade portuguesa. Tem também por objectivo, tentar simplificar as normas e evitar tratamentos alternativos.

Tendo em vista uma maior facilidade de adaptação, o SNC mantém algumas características inerentes ao normativo actualmente em vigor, nomeadamente no que se refere à criação de um código de contas e dos modelos de Demonstrações Financeiras (DF).

### **3. Normas IAS/IFRS que Afectam os Activos não Correntes**

O objectivo deste trabalho é o de tentar perceber como é que são afectados os activos não correntes aquando da aplicação, pela primeira vez, do normativo IAS/IFRS. Para isso, é de primordial importância apreciar quais as normas que poderão vir a ter impacto nesta grandeza, e elas são as que se enunciam no quadro que se segue:

<b>Norma</b>	<b>Designação</b>
IAS 1	Apresentação de Demonstrações Financeiras
IAS 8	Resultados Líquidos do Período, Erros Fundamentais e Alterações nas Políticas Contabilísticas
IAS 12	Impostos sobre o Rendimento
IAS 16	Activos Fixos Tangíveis
IAS 17	Locações
IAS 20	Contabilização dos Subsídios do Governo e Divulgação de Apoios do Governo
IAS 23	Custos de Empréstimos Obtidos
IAS 27	Demonstrações Financeiras Consolidadas e Contabilização de Investimentos em Subsidiárias
IAS 28	Contabilização de Investimentos em Associadas
IAS 31	Relato Financeiro de Interesses em Empreendimentos Conjuntos
IAS 32	Instrumentos Financeiros: Divulgação e Apresentação
IAS 36	Imparidade de Activos
IAS 38	Activos Intangíveis
IAS 39	Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Valorização
IAS 40	Propriedades de Investimento
IAS 41	Agricultura
IFRS 1	Adopção pela Primeira Vez das IAS/IFRS
IFRS 3	Concentrações de Negócios
IFRS 5	Activos não Correntes Detidos para Venda e Operações Desc.

**Tabela 1**

**Fonte: Elaboração Própria**

É sobre estas normas que vai incidir este estudo. As IFRS 6 e 7 são excluídas pois os regulamentos de aprovação só foram publicados em 8 de Novembro de 2005 e 11 de Janeiro de 2006, respectivamente.

### **3.1 Análise das Diferenças entre as Normas IAS/IFRS e o Normativo Contabilístico Português**

Neste Capítulo irão estudar-se as diferenças relevantes entre as normas IAS que foram publicadas no Regulamento 1725/2003 e que afectam os activos não correntes e o normativo que vigorava antes de 1 de Janeiro de 2005 e tentar perceber quais os impactos que expectavelmente decorrerão da mudança de base de contabilização.

#### **3.1.1 IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras**

Esta norma foi concebida com o intuito de auxiliar na preparação das DF de carácter geral enunciando a base da sua apresentação, para que elas sejam comparáveis.

As diferenças entre a IAS 1 e o preconizado no POC, são sobretudo formais uma vez que as considerações gerais a adoptar no momento da preparação e apresentação das DF são claramente próximas.

Decorrentes da adopção desta norma, poderão eventualmente existir diferenças na classificação dos activos pois, se o POC estabelecia com exactidão quais as rubricas a incluir no Balanço, definindo-as como activo imobilizado ou circulante, o IASB limita-se a apresentar conceitos de activo corrente e não corrente.

Posto isto, é possível que determinadas rubricas, que segundo o normativo POC fossem consideradas activo circulante, sejam agora apresentadas no activo não corrente e vice-versa.

#### **3.1.2 IAS 8 – Políticas Contabilísticas, Alterações de Estimativas Contabilísticas e Erros**

Similarmente ao que já acontecia em Portugal, o normativo do IASB estabelece que as políticas contabilísticas devem ser aplicadas consistentemente ao longo dos exercícios, salvo em situações excepcionais. Essas situações não eram especificadas ou definidas na

legislação nacional ao contrário do que acontece nesta norma, tal como refere Ana Isabel Morais (2005, p. 82). Desta alteração resultará uma maior clareza aquando do aparecimento de factos que, ao analisar as normas, se possam considerar susceptíveis de induzir a alteração de políticas contabilísticas.

No que concerne à matéria “Erros”, ela é tratada essencialmente na DC 8 – Clarificação da Expressão “Regularizações não Frequentes e de Grande Significado” Relativamente à Conta 59 “Resultados Transitados” e tal como acontece na IAS 8, de acordo com o normativo português deve ajustar-se a rubrica “Resultados Transitados” quando são detectados erros fundamentais, ou seja, o tratamento é similar, sendo que o referencial IASB manda, sempre que possível, reexpressar a informação comparativa, ao contrário da DC que é omissa.

O principal impacto decorrente da aplicação desta norma será visível ao nível das rubricas de resultados, uma vez que a DC 8 permite classificar em custos ou proveitos extraordinários, os erros nas estimativas ou na aplicação de políticas contabilísticas, ao passo que a IAS 8 estipula que o efeito da alteração de uma estimativa seja relevado na mesma rubrica que a estimativa inicial e, no que toca a outros erros, também eles devem ser incluídos nos resultados operacionais ou financeiros. As rubricas extraordinárias, segundo a norma do IASB só são movimentadas em situações muito específicas.

### **3.1.3 IAS 12 – Imposto sobre o Rendimento**

Esta matéria é tratada no referencial português no POC e na DC 28 – Impostos sobre o Rendimento e não se espera que haja impactos significativos provenientes da adopção da norma IAS pois as suas disposições são muito similares às da DC que entrou em vigor em 01/01/2003

### **3.1.4 IAS 16 – Activos Fixos Tangíveis**

No momento do reconhecimento, o POC estabelece que o activo deve ser contabilizado pelo custo de aquisição ou produção, a norma do IASB define que a escrituração deve ser feita pelo custo, que inclui, para além do previsto no POC, uma estimativa para as despesas



de desmontagem e recuperação do espaço onde o bem se localizar. Esta disposição pode permitir que, de acordo com o normativo internacional, um bem seja valorizado por um montante superior ao que seria em POC.

O normativo nacional é muito vago quando o assunto é o reconhecimento das despesas posteriores à aquisição ou construção, fazendo menção apenas às grandes reparações, isto é, só podem ser capitalizadas as despesas que acrescentem valor ao activo ou que aumentem a sua vida útil. Já, segundo a norma do IASB, devem capitalizar-se, sempre que se cumpra o critério de reconhecimento, a substituição de partes dos activos, bem como as revisões periódicas. Mais uma vez, pelo facto do normativo internacional ser mais específico, se pode assistir a um acréscimo dos valores dos activos.

Relativamente à valorização subsequente, o POC determina que ela deve ser feita adoptando-se o modelo do custo, isto é, os activos devem estar registados pelo seu custo de aquisição ou produção deduzido das amortizações acumuladas e eventuais amortizações extraordinárias. A DC 16 – Reavaliação de Activos Imobilizados Tangíveis dá a possibilidade de adoptar um modelo de revalorização que pode ser efectuado com base na avaliação do poder aquisitivo da moeda ou no justo valor, sem limites para a adopção de qualquer dos critérios. A IAS 16 permite que os activos sejam subsequentemente valorizados pelo modelo do custo ou do justo valor, se ele poder ser fiavelmente determinado.

Quando se adopta o modelo do custo, a norma internacional é mais pormenorizada no que toca aos métodos de amortização e especifica que deve ser anualmente avaliada a vida útil remanescente, ou seja, as amortizações devem ser o reflexo dos benefícios que se espera obter dos activos.

As entidades que adoptem o modelo do justo valor, não terão impactos ao nível dos activos com a adopção da norma internacional, uma vez que ela só difere da DC 16 na contabilização das diferenças de revalorização nas contas de resultados.

A IAS 16 determina também, e ao contrário do normativo português, as circunstâncias em que os activos devem deixar de figurar nas DF

### **3.1.5 IAS 17 – Locações**

O POC e a DC 15 – Locações especificam o tratamento contabilístico das locações financeiras apenas no que respeita a activos fixos tangíveis, ao passo que a IAS 17 o faz em termos genéricos.

Aquando do reconhecimento inicial, e uma vez que o POC só identifica o tratamento para locações cujo objecto é um activo fixo tangível, é nessa rubrica que manda reconhecer. A IAS 17 define que deve ser contabilizado como activo não monetário, podendo ser tangível, intangível ou propriedade de investimento.

As legislações também diferem no que concerne às despesas iniciais atribuíveis à locação, matéria que não está definida no normativo nacional e que a IAS 17 trata, exigindo que se incluam no valor do activo, o que pode originar um acréscimo na valorização dos bens em regime de locação financeira.

O tratamento contabilístico da locação financeira na óptica do locador está perfeitamente definido na IAS 17, ao passo que a legislação nacional é praticamente omissa.

As diferenças existentes no tratamento das locações operacionais não vão ser focadas, uma vez que não têm impacto nos activos não correntes.

### **3.1.6 IAS 20 – Contabilização dos Subsídios do Governo e Divulgação dos Apoios do Governo**

A legislação nacional reconhece três tipos de subsídios: ao investimento<sup>3</sup>, à exploração<sup>4</sup> e os outros subsídios. A IAS 20 distingue-os apenas como sendo subsídios relacionados com activos ou com resultados.

Aquando da contabilização de subsídios relacionados com bens activos, a diferença mais marcante entre o normativo nacional e o do IASB é que este último permite, para além da contabilização como um proveito diferido, diminuir o valor do activo, o que poderá acarretar uma diminuição do valor dos activos não correntes. Nesta circunstância, o

---

<sup>3</sup> Subsídios relacionados com activos.

<sup>4</sup> Subsídios que têm por objectivo reduzir custos ou aumentar proveitos.

subsídio é reconhecido em resultados por via da diminuição das amortizações. O normativo nacional exige o seu reconhecimento como proveito diferido, sistematicamente levado a resultados.

### **3.1.7 IAS 23 – Custos de Empréstimos Obtidos**

Esta norma pode afectar o valor dos activos não correntes na medida em que é permitida a capitalização de alguns custos. É sobre esta temática apenas que se vão analisar as divergências entre o normativo português, que também já admitia a contabilização de determinados custos nas contas de activos não correntes, e o do IASB.

Assim, a IAS 23 admite como tratamento de referência a contabilização como custo do período, ao contrário do POC, que permite a escolha da política a seguir. A adopção desta norma pode, portanto, originar a redução de valores do activo.

Em caso de capitalização, esta norma determina como calcular os custos a incluir no activo, bem como os momentos de início e terminus da capitalização, enquanto a legislação nacional é omissa nestes aspectos, excepto quanto ao terminus que deve ser quando o activo deixa de estar em curso.

### **3.1.8 IAS 27 – Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas**

Relativamente a esta norma, o primeiro ponto de divergência relaciona-se com a obrigatoriedade de apresentar contas consolidadas, uma vez que, ao contrário do POC não menciona como excepção os grupos de reduzida dimensão, este ponto em particular não causará impactos ao nível do estudo. Para além disto, ambos os normativos definem que o critério a utilizar para a classificação de uma entidade como mãe é o do controlo, no entanto a norma internacional apresenta uma definição deste conceito e orientações para a sua aplicação, ao contrário do POC que apenas indica as situações em que se deve classificar uma entidade como filial, esta especificidade da norma pode fazer com que o perímetro de consolidação varie acarretando impactos significativos nas contas consolidadas. Outra diferença relevante prende-se com as filiais a excluir da consolidação,

em que o normativo nacional permite que se excluam as participações que não são materialmente relevantes, as que prosseguem objecto diverso e aquelas em que comprovadamente existem restrições que comprometam a transferência de fundos ao passo que a norma internacional exige que se excluam as filiais classificadas como detidas para venda, às quais se deve aplicar o disposto na IFRS 5. Mais uma vez, estas incompatibilidades podem fazer alterar o perímetro de consolidação.

A IAS 27 também diverge do normativo nacional ao exigir que, nas contas consolidadas, preferencialmente se aplique o método do custo aquando da contabilização de investimentos em filiais, entidades conjuntamente controladas e associadas ou que se aplique a IAS 39, ao passo que a DC 9 – Contabilização nas Contas Individuais da Detentora de Partes de Capital em Filiais e Associadas exige, regra geral, que se utilize o Método de Equivalência Patrimonial (MEP) e o POC permite que se escolha um dos dois.

### **3.1.9 IAS 28 – Investimentos em Associadas**

A aplicação desta norma pode traduzir-se num aumento do valor do activo, uma vez que, sendo o MEP o método de referência, quer da IAS 28, quer da legislação portuguesa, a norma do IAS exige o reconhecimento do *goodwill* negativo como proveito do período, ao passo que de acordo com a DC 9 ele é imputado ao valor do investimento. Para além disso, o POC permite que o *goodwill* positivo seja reconhecido em rubrica separada, contrariamente à norma internacional que exige o seu reconhecimento no valor do investimento, de tal facto pode também advir um aumento dos activos. Outro ponto de divergência consiste na exigência, por parte da IAS 28, da realização de ajustamentos para que as demonstrações financeiras apresentem os valores que seriam os apurados no caso da participada ter todos os seus activos e passivos reconhecidos ao justo valor na data de aquisição, quanto a esta matéria, a legislação portuguesa é omissa.

Podem também existir impactos significativos se, de acordo com o permitido pelo POC, as entidades tiverem as suas participações valorizadas pelo método do custo, tratamento não permitido pela norma internacional.

### **3.1.10 IAS 31 – Participação em Empreendimentos Conjuntos**

Não é previsível que a aplicação desta norma se traduza em diferenças significativas ao nível dos activos não correntes, especialmente se já estava a ser aplicada a DC 24 – Empreendimentos Conjuntos, isto é, a norma não diverge substancialmente do normativo nacional no que toca às operações e aos activos conjuntamente controlados. Poderão, eventualmente existir diferenças se as empresas tiverem contabilizado as entidades conjuntamente controladas de acordo com o POC e tiverem optado pelo MEP, uma vez que a IAS 31 refere o método da consolidação proporcional como preferencial<sup>5</sup>.

### **3.1.11 IAS 32 – Instrumentos Financeiros: Divulgação e Apresentação**

A aplicação da IAS 32 pode resultar em diferenças nos activos não correntes se estivermos perante a contabilização de um contrato com opção de liquidação que seja potencialmente favorável. Esta situação não está prevista no POC nem na DC 17 – Contratos de Futuros, enquanto a IAS 32 manda reconhecer um activo financeiro.

A norma do IASB contraria também a legislação portuguesa aquando da contabilização de despesas suportadas com a emissão de instrumentos de capital próprio. Segundo o normativo nacional essas despesas devem capitalizar-se nos activos intangíveis e a IAS 32 exige que sejam deduzidas ao valor do capital próprio. Tal procedimento pode traduzir-se numa eventual diminuição dos activos não correntes.

### **3.1.12 IAS 36 – Imparidade de Activos**

Relativamente a esta matéria, existem muito poucas situações tratadas na legislação nacional semelhantes ao que é determinado na IAS 36.

Desde logo, a norma IAS é específica quando identifica os activos e as circunstâncias em devem ser feitos testes de imparidade. O normativo português só exige que se faça um

---

<sup>5</sup> Este é também o tratamento exigido pela DC 24.

teste anual, à data do balanço, de recuperabilidade dos activos quando capitalizadas as despesas de desenvolvimento<sup>6</sup>.

A IAS 36 refere que deve testar-se anualmente a imparidade dos activos sobre os quais recaiam indícios de perda permanente, determinando-se o seu valor recuperável. A norma internacional estabelece também que, quando não é possível testar um activo individualmente, deve testar-se a unidade geradora de caixa a que o activo pertence. Outro assunto focado nesta norma é o teste do *goodwill*. O POC estipula o registo de uma amortização extraordinária quando, à data do balanço, os elementos do activo tangível ou intangível tiverem valor inferior ao escriturado, contudo não são referidos indicadores para determinar a possível perda.

O normativo nacional, contrariamente à IAS 36, é omissivo quanto aos conceitos de “valor recuperável” e “valor de uso”, bem como à forma da sua determinação.

Quanto ao reconhecimento das perdas, ambos os normativos mandam reduzir o valor do activo e reconhecer um custo do período. No entanto, a IAS 36 estabelece que, se houver um excedente de revalorização, ele deve ser diminuído ao invés de se registar um custo no período.

Também quanto à reversão de perdas de imparidade, os dois normativos são dissemelhantes, enquanto a IAS determina quais os activos sujeitos a reversão, o POC não faz qualquer referência a este assunto, nem ao reconhecimento dessa reversão, claramente identificado na norma internacional. Este tratamento pode traduzir-se num aumento do valor dos activos.

### **3.1.13 IAS 38 – Activos Intangíveis**

A norma internacional é mais detalhada e específica do que o normativo nacional, dotada de diversos conceitos inexistentes na legislação portuguesa. No entanto, as disparidades relevantes prendem-se essencialmente com a questão da contabilização das despesas de investigação e desenvolvimento em que, os dois normativos são unânimes ao exigir a distinção entre as duas fases mas permitem tratamentos contabilísticos diferentes em cada uma delas.

---

<sup>6</sup> Tratamento determinado pela DC 7.

Assim, na fase de investigação, a IAS 38 exige que as despesas sejam obrigatoriamente reconhecidas como custo do período, ao passo que a DC 7 permite, em casos excepcionais, capitalizar essas despesas. Na fase de desenvolvimento, ambos os normativos exigem que se verifiquem determinadas condições para que se possam capitalizar as despesas, mas se se verificarem, a IAS 38 exige que elas sejam levadas ao activo e a DC 7 permite que se contabilizem como custo do período. É provável que desta divergência sobrevenham reduções dos activos.

Outra diferença entre os dois normativos verifica-se na contabilização das despesas de constituição que tendo por referência o POC devem reconhecer-se como activo intangível e a norma internacional determina que não cumprem os critérios de reconhecimento, o que acarretará o desreconhecimento de activos. A IAS 38 especifica, também, que o *goodwill* gerado internamente, matéria não tratada pela legislação portuguesa, não deve ser reconhecido.

Quando se trata de activos intangíveis adquiridos numa concentração de negócios, a norma IAS difere do disposto na normalização nacional ao prever que o valor a reconhecer não dependa da existência de interesses minoritários.

Também podem existir divergências aquando da contabilização de intangíveis cedidos pelo Estado, que o normativo nacional exige que sejam reconhecidos pelo justo valor, contrariamente à IAS 38, que remete para a IAS 20 e permite qualquer tratamento aí previsto.

Relativamente à valorização subsequente, a legislação portuguesa diz que deve ser adoptado o modelo do custo com amortização sistemática de todos os activos intangíveis, enquanto a norma do IASB permite que se valorizem subsequentemente os intangíveis pelo modelo do custo, com amortização sistemática para os activos com vida útil limitada ou testes de imparidade para os outros ou pelo modelo do justo valor.

A IAS 38 especifica também o critério a utilizar quando se pretende desreconhecer os activos intangíveis, ao contrário do normativo nacional, que é omissivo.

### **3.1.14 IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Valorização**

A IAS 39 trata o assunto dos instrumentos financeiros de uma forma mais detalhada e pormenorizada do que a legislação nacional. A sua adopção pode resultar em diferenças nos activos não correntes no tratamento da valorização subsequente, uma vez que o normativo português exige a valorização pelo custo ou preço de mercado, dos dois o menor, ao passo que a norma IAS especifica que as categorias de activos diferentes das dos activos financeiros, sejam valorizadas pelo justo valor por via de resultados e que os detidos para venda o sejam pelo custo amortizado.

Relativamente às perdas de imparidade, a IAS 39 exige que sejam reconhecidas apenas quando existirem indícios objectivos de perda, em oposição, no caso dos investimentos financeiros, o normativo nacional manda reconhecer a perda sempre que o preço de mercado seja inferior ao custo, e sempre pelo método indirecto, enquanto a norma internacional permite que se utilize qualquer dos métodos.

É de referir que a DC 17 referencia a forma de contabilização de operações de cobertura, mas só no que toca a contratos de futuros. Assim, o POC e as DC são omissos relativamente a diversos assuntos concernentes a esta matéria.

### **3.1.15 IAS 40 – Propriedades de Investimento**

A IAS 40 e o normativo nacional divergem, desde logo, no conceito de propriedade de investimento; para além disso, a norma internacional identifica claramente o critério de reconhecimento deste tipo de activos, enquanto a legislação nacional é omissa.

No momento da valorização inicial, os dois normativos convergem ao exigir que ela se faça pelo custo, no entanto, não há qualquer referência, na legislação nacional, ao procedimento a adoptar, nas compras a crédito, quanto ao valor que excede o preço a pronto pagamento, que segundo a IAS 40 deve ser reconhecido como um custo financeiro.

Também não está delimitada, no normativo português, nenhuma actuação em matéria de troca de activos, ao passo que a IAS 40 determina que o activo recebido seja valorizado



pelo justo valor ou, quando não for possível ou não se tratar em substância de uma transacção comercial, pelo valor contabilístico do activo entregue.

Na valorização subsequente, a IAS 40 permite a adopção do modelo do custo ou do justo valor, salvo se existirem, reconhecidas no activo, propriedades de investimento detidas na sequência de uma locação operacional, situação em que é exigido que se adopte o modelo do justo valor, extensível a todas as propriedades de investimento existentes. O POC estabelece que se utilize o modelo do custo, mas possibilita ajustamentos monetários; a DC 16 admite que se use o modelo do custo, da variação do poder aquisitivo da moeda ou o justo valor.

A caracterização do modelo do justo valor a adoptar aquando da valorização subsequente das propriedades de investimento é, segundo o normativo nacional, idêntico ao tido para os activos tangíveis; a IAS 40 indica que se revalorizem os bens no final do período para o justo valor, sem amortização e que se reconheça a diferença como custo ou proveito do exercício.

Os momentos em que se devem eliminar ou fazer transferências de e para propriedades de investimento estão definidos na norma internacional, ao passo que o normativo português é omissivo.

### **3.1.16 IAS 41 – Agricultura**

Esta norma determina o critério de reconhecimento de activos biológicos e produtos agrícolas, contrariamente ao normativo nacional que é omissivo.

No momento da valorização inicial de activos biológicos, bem como na data da colheita dos produtos agrícolas resultantes dos activos biológicos da entidade, a IAS 41 diverge da legislação portuguesa, que exige a valorização ao custo de aquisição, ao definir que, regra geral, seja utilizado o justo valor deduzido das despesas previstas de venda.

O normativo nacional é omissivo no que toca à valorização subsequente dos activos biológicos, enquanto a norma internacional determina que seja usado o justo valor deduzido das despesas expectáveis de venda, ou pelo custo deduzido de amortizações acumuladas e perdas de imparidade, quando o justo valor, à data do reconhecimento inicial, não se pode determinar de modo fiável, isto é, quando a entidade contraria a presunção de que o justo valor pode ser fiavelmente determinado.

### 3.1.17 IFRS 1 – Aplicação pela Primeira Vez das IFRS

Esta norma determina os procedimentos a seguir pelas entidades que adoptem pela primeira vez as normas do IASB aquando da elaboração das suas DF.

Assim, devem ser reconhecidos no balanço inicial, elaborado de acordo com a exigência desta norma, todos os activos cujo reconhecimento seja exigido pelas normas IASB e devem ser expurgados os que não cumprem os critérios de reconhecimento. Devem também ser feitas as devidas reclassificações para que se vá de encontro ao disposto no normativo internacional.

São identificadas as situações em que as entidades podem optar por não aplicar uma norma retrospectivamente e as situações em que só se podem adoptar as normas do IASB prospectivamente.

### 3.1.18 IFRS 3 – Concentração de Negócios

A adopção desta norma pode resultar em disparidades, essencialmente se as entidades tiverem optado, conforme permitido pela DC 1 – Tratamento Contabilístico de Concentração de Actividades Empresariais, pelo método da comunhão de interesses para a contabilização de uma concentração, uma vez que a IFRS 3 exige que utilize o método de aquisição.

Os dois normativos são também divergentes quanto à forma de valorização da concentração, sendo as situações que podem afectar os activos não correntes as seguintes: a IFRS 3 exige que os elementos sejam valorizados pelo justo valor, independentemente da existência de interesses minoritários. Esta IFRS determina também que o *badwill* seja reconhecido como um proveito do período, ao passo que a DC 1 define que a diferença seja repartida pelos activos não monetários ou que seja diferido um proveito imputado a resultados sistematicamente, por um período que não ultrapasse os cinco anos.

Relativamente ao *goodwill*, o normativo nacional determina que se deve reconhecê-lo e amortizá-lo num período que não exceda cinco anos, enquanto a IFRS 3 impõe que ele seja mantido no activo e que se façam testes anuais de imparidade.

### **3.1.19 IFRS 5 – Activos não Correntes Detidos para Venda e Operações Descontinuadas**

No que respeita aos activos correntes detidos para venda e aos *disposal groups*<sup>7</sup>, a legislação nacional é omissa.

A IFRS 5 identifica as situações em que os activos devem ser classificados como detidos para venda e determina os critérios valorimétricos desses activos. Se a primeira questão dá azo a transferências entre contas, a última pode traduzir-se em variações quantitativas dos activos.

Relativamente às operações descontinuadas, a IFRS apresenta o conceito, contrariamente à DC 20 – Demonstração dos Resultados por Funções, que apesar de exigir que sejam apresentados resultados líquidos de impostos relativos a actividades em descontinuação ou descontinuadas, não define processo de descontinuação.

## **4 Estudo de Caso**

O objectivo deste trabalho, depois de feita a análise das principais diferenças entre os referenciais contabilísticos, é analisar os impactos nos activos não correntes das entidades não financeiras com valores cotados na *Euronext Lisbon* decorrentes da adopção do Regulamento 1606/2002. A análise será reportada ao momento da transição e o objecto de estudo será composto por um total de 35 empresas enunciadas na tabela que se segue, com indicação da respectiva Classificação Portuguesa das Actividades Económicas (CAE).

---

<sup>7</sup> Grupo de activos e passivos directamente relacionados, de que uma sociedade vai dispor numa transacção única.

### Empresas Analisadas no Estudo de Caso

Nº Ordem	Denominação Social	CAE
1	Brisa – Auto Estradas de Portugal, S.A.	45230
2	Cimpor – Cimentos de Portugal, SGPS, SA	64202
3	CIN – Corporação Industrial do Norte, S.A.	24301
4	CIRES – Companhia Industrial de Resinas Sintéticas, S.A.	24160
5	Cofina, SGPS, S.A.	64202
6	Compta – Equipamento e Serviços de Informática, S.A.	51870
7	Corticeira Amorim, SGPS, S.A.	64202
8	EDP – Energias de Portugal, S.A.	40110
9	Estoril Sol, SGPS, S.A.	64202
10	Fisipe – Fibras Sintéticas de Portugal, S.A.	24700
11	Gescartão, SGPS, S.A.	64202
12	Grupo Média Capital, SGPS, S.A.	64202
13	Grupo Soares da Costa, SGPS, S.A.	64202
14	Ibersol, SGPS, S.A.	64202
15	Imobiliária Construtora Grão Pará, S.A.	55111
16	Impresa, SGPS, S.A.	64202
17	Inapa – Investimentos, Participações e Gestão, S.A.	51563
18	Modelo Continente, SGPS, S.A.	64202
19	Mota-Engil, SGPS, S.A.	64202
20	Papelaria Fernandes – Indústria e Comércio, S.A.	52472
21	Pararede, SGPS, S.A.	64202
22	Portucel – Empresa Produtora de Pasta e Papel, S.A.	21120
23	Portugal Telecom, SGPS, S.A.	64202
24	PT Multimédia – Serviços Telecom. Multim., SGPS, S.A.	64202
25	Reditus, SGPS, S.A.	64202
26	Sag Gest – Soluções Automóveis Globais, SGPS, S.A.	64202
27	Salvador Caetano – Ind. Metal. Veículos Transporte, S.A.	34100
28	Semapa – Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A.	64202
29	Sociedade Comercial Orey Antunes, S.A.	63401
30	Sonae, SGPS, S.A.	64202
31	Sonae Indústria, SGPS, S.A.	64202
32	Sumolis – Comp. Ind. De Frutas e Bebidas, S.A.	51382
33	Teixeira Duarte – Engenharia e Construção, S.A.	45212
34	Tertir – Terminais de Portugal, S.A.	61102
35	VAA – Vista Alegre Atlantis, SGPS, S.A.	64202

Tabela 2

Fonte: Elaboração Própria

A lista de entidades não financeiras com valores cotados incluía a esta data quarenta e seis empresas, foram no entanto excluídas as que não se consideraram relevantes para o

estudo em causa, como sendo duas sociedades anónimas desportivas e uma entidade estrangeira. Por impossibilidade comparativa de referenciais contabilísticos, foram também exceptuadas quatro entidades que já elaboravam as suas contas consolidadas em base IAS, uma cuja constituição ocorreu em 2005 e outra que elaborou em 2005 pela primeira vez contas consolidadas. Por último foram excluídas duas entidades, uma porque se encontrava em processo de liquidação e outra porque deixou de ter valores admitidos à cotação.

## **4.1 Metodologia**

Segundo Roberto Richardson (1999, p.22), metodologias são procedimentos utilizados no método científico, o qual pode ser definido como o caminho para se chegar a determinado fim ou objectivo.

Os procedimentos utilizados nesta pesquisa vão seguir um método conceptual-comparativo, uma vez que se vai fazer o estudo e comparação de dois referenciais contabilísticos distintos: o Português e o do IASB.

A expressão “trabalho de campo” usa-se normalmente em conexão com estudo de casos. Nas ciências sociais, o trabalho de campo implica o estudo de práticas sociais no campo de actividade em que ocorrem. Em contabilidade, pode ser o estudo de uma empresa ou de uma série de empresas. O estudo de um caso geralmente envolve uma só unidade de análise que pode ser uma empresa ou outra organização, no entanto, pode considerar-se uma unidade mais alargada, por exemplo o estudo de um caso contabilístico de um determinado país. Neste trabalho em concreto, a unidade de estudo será, como já referido anteriormente, o mercado composto por diversas entidades com valores cotados na Euronext Lisbon, de forma a analisar os impactos da adopção das IAS/IFRS nas suas contas consolidadas e procurar perceber se as conclusões podem ser alargadas a um universo mais vasto.

## **4.2 Caracterização do Objecto de Estudo**

A finalidade deste estudo é tentar perceber se as alterações que se verificaram nos activos não correntes das entidades cotadas ocasionadas pela adopção das normas do

IASB, podem de alguma forma ser extrapoladas para as restantes empresas. Para tanto, parece importante enquadrar o objecto de estudo no mercado português.

O Instituto Nacional de Estatística (INE) elaborou, em conjunto com várias entidades, a Classificação Portuguesa de Actividades Económicas (CAE) para organizar, de forma coerente, a informação estatística por ramo de actividade. A lista está decomposta em secções, uma para cada sector de actividade que se achou relevante. A cada uma dessas secções correspondem uma série de divisões, correspondentes aos dois primeiros dígitos do CAE, conforme se pode ver no Anexo 1. Assim, conhecendo os CAE's correspondentes às entidades integrantes do objecto de estudo, podemos aferir a que ramo de actividade cada uma delas pertence e concluir se estamos perante um conjunto de organizações representativo do mercado nacional.

No conjunto de entidades a estudar, existe um número significativo de Sociedades Gestoras de Participações Sociais (SGPS), que possuem a mesma classificação económica. Por esse facto, é indubitável que a secção em que elas se incluem seja a mais expressiva, conforme a seguir se demonstra.

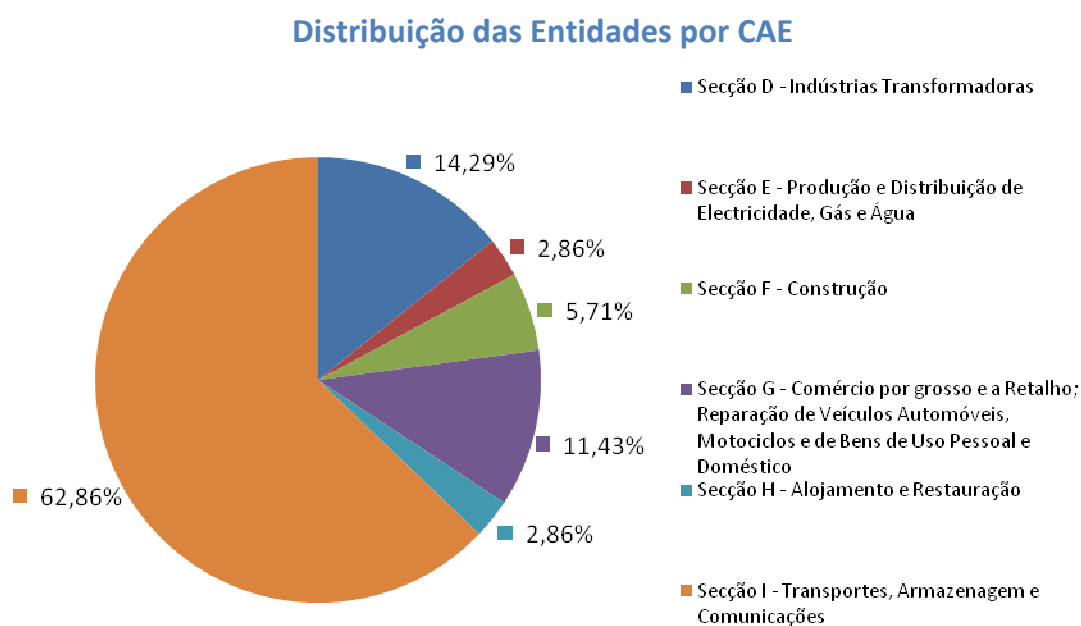


Gráfico 1

Fonte: Elaboração Própria

Pela análise do gráfico 1, podemos concluir que existem ramos de actividade não representados, como é o caso da agricultura, pesca e indústrias extractivas, os outros ramos não presentes não são significantes para o estudo em causa. Exceptuando-se a Secção I, que já tínhamos concluído que seria a mais significativa, a actividade com maior peso é a da indústria transformadora, seguida do comércio por grosso. Podemos então depreender que, em grande parte, os ramos de actividade estão abrangidos pelas entidades do objecto de estudo.

### 4.3 Impacto da Adopção das IAS/IFRS nos Activos Totais

Conforme já referenciado, o objectivo do estudo é analisar o impacto da adopção do normativo do IASB nos activos não correntes, no entanto é relevante entender como se comportaram os activos totais perante a mudança de referencial contabilístico. Conforme se pode verificar no Anexo 2, o comportamento dos activos divergiu nas diferentes entidades. Não há um comportamento generalizado mesmo nas empresas com a mesma classificação económica ou pertencentes à mesma secção ou divisão (classificação CAE).

Analiseemos graficamente o sentido da variação dos activos das entidades em estudo, que é díspar, conforme já referido.

#### Efeito da Aplicação das IAS/IFRS nos Activos Totais

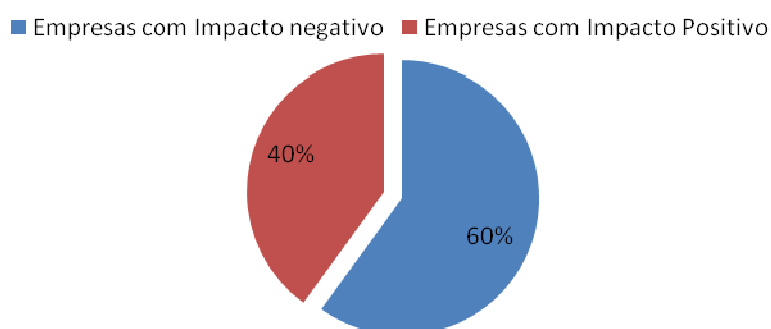


Gráfico 2

Fonte: Elaboração Própria

Apercebemo-nos, pela análise do gráfico 2 que não existe uma tendência definida de aumento ou diminuição dos activos face à alteração das normas contabilísticas utilizadas. Interessa perceber se as variações são significativas.

Para melhor entender a magnitude das alterações ocorridas, definiram-se intervalos de variação e fez-se um estudo percentual das entidades cujos activos oscilaram entre os valores delimitados.

### Análise Percentual das Variações nos Activos Totais

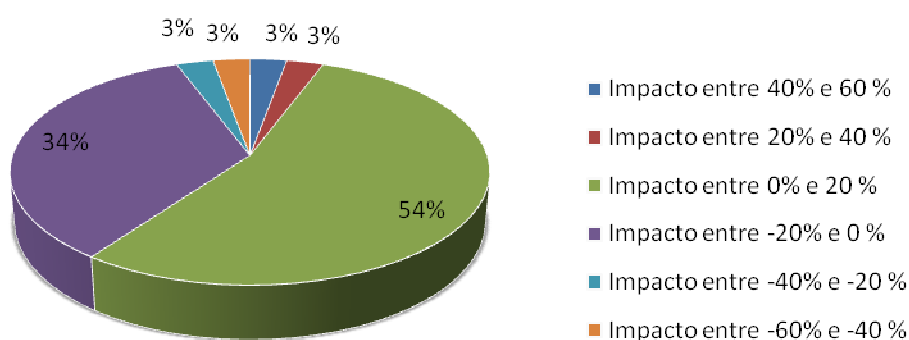


Gráfico 3

Fonte: Elaboração Própria

Como atesta o gráfico 3, a maioria das empresas não apresentou um impacto percentual elevado, em cerca de 54% das organizações o total do balanço variou entre os 0% e os 20% e em 34 % dos casos as variações oscilaram entre os 20% negativos e 0%. Perante isto, podemos afirmar que aproximadamente 88% das entidades viram os seus activos variar até 20%, positiva ou negativamente. Estes factos são visíveis ao analisar a dispersão das entidades no intervalo de variação total (gráfico 4).



### Dispersão do Impacto Percentual

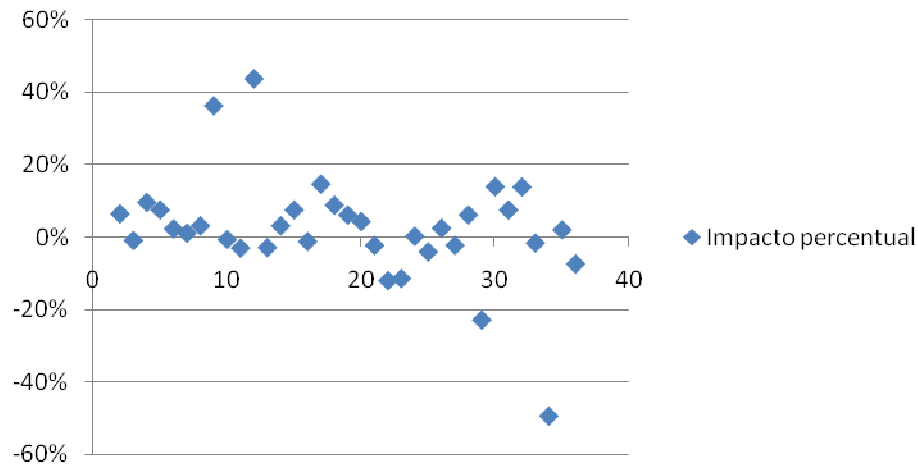


Gráfico 4

Fonte: Elaboração Própria

Ao examinar a imagem precedente, apercebemo-nos facilmente que apenas num número muito reduzido de entidades o impacto nos activos totais decorrente da adopção de um novo referencial foi percentualmente significativo. A empresa que apresentou uma maior variação percentual positiva foi a Imobiliária Construtora Grão-Pará, S.A., opostamente à Reditus, SGPS, S.A. que sofreu o maior impacto negativo.

É de referir também que o objecto no seu todo sofreu uma variação percentual nos activos totais de apenas 1,40%.

É importante mencionar que duas entidades apresentaram variações em valores absolutos muito significativos, são elas a Sonae, SGPS, cujos seus activos totais aumentaram cerca de 1.042.296 milhares de euros, um valor que em função da variação total representa 104,93% e a EDP, que pela adopção das normas internacionais viu os seus activos diminuir 1.688.345 milhares de euros, -169,98% da variação total. Ao expurgar os valores destas duas entidades, constata-se que os activos totais das restantes sofreriam um acréscimo total de 1.639.332 milhares de euros e a variação percentual que era de 1,40%, passaria a ser de 4,02%. Pode então concluir-se que estas empresas têm um impacto expressivo na análise, especialmente a EDP que, pela redução acentuada nos activos influencia significativamente os resultados do estudo.

#### 4.4 Impacto da Adopção das IAS/IFRS nos Activos não Correntes

Após a análise das variações dos Activos Totais, vamos, de forma similar, estudar os impactos ao nível dos Activos não correntes. Por ser o facto relevante deste trabalho, após observação das variações ocorridas, o exame vai focar-se nos ajustamentos que deram origem às alterações, para assim tentar perceber quais as foram as normas IAS que promoveram as mais expressivas.

Similarmente ao que ocorreu no ponto anterior, foi elaborado um anexo (Anexo 3) em que é possível observar quais os impactos, em percentagem e valor, ocorridos nos Activos não Correntes, resultantes da adopção das IAS/IFRS

Mais uma vez se verifica que os comportamentos são díspares. Se por um lado há entidades em que os activos não correntes sofrem alterações positivas, por outro há casos em que eles variam negativamente, sem existir relação aparente. Esse facto pode facilmente ser observado no gráfico que se segue.

##### Efeito da Aplicação das IAS/IFRS nos Activos não Correntes

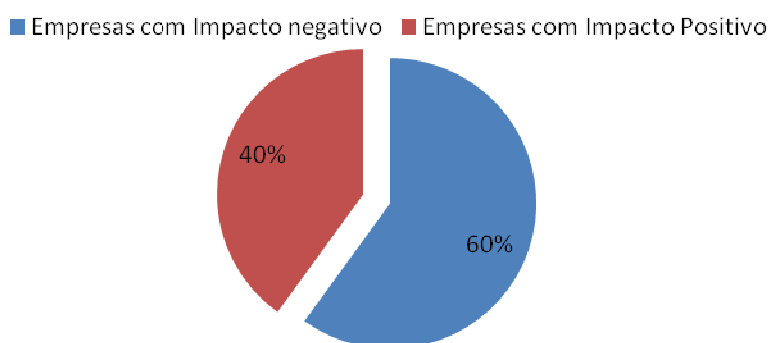


Gráfico 5

Fonte: Elaboração Própria

Aferimos, perante o gráfico 5, que tal como acontecia no tocante aos activos totais, os activos não correntes não seguiram uma tendência de aumento ou diminuição face à alteração do referencial contabilístico. Analisemos então, numa base percentual, se os impactos ocorridos nestas rubricas são significativos (gráfico 6).

## Análise Percentual das Variações nos Activos não Correntes

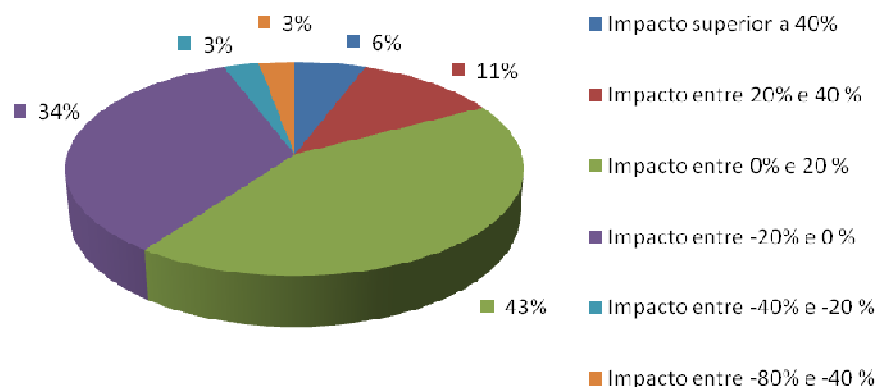


Gráfico 6

Fonte: Elaboração Própria

Ao definir, mais uma vez, intervalos de variação, observamos que apesar de a concentração de entidades no intervalo  $[-20;20]$  não ser tão elevada, é ainda significativa. Assim, em cerca de 77% dos casos os activos não correntes variaram até 20%, positiva ou negativamente. Podemos então depreender que a alteração de políticas contabilísticas não teve uma influência significativa, em termos percentuais nos activos não correntes das empresas em estudo. Esse facto é evidenciado se estudarmos a dispersão das entidades no intervalo de variação (gráfico 7).

## Dispersão do Impacto Percentual

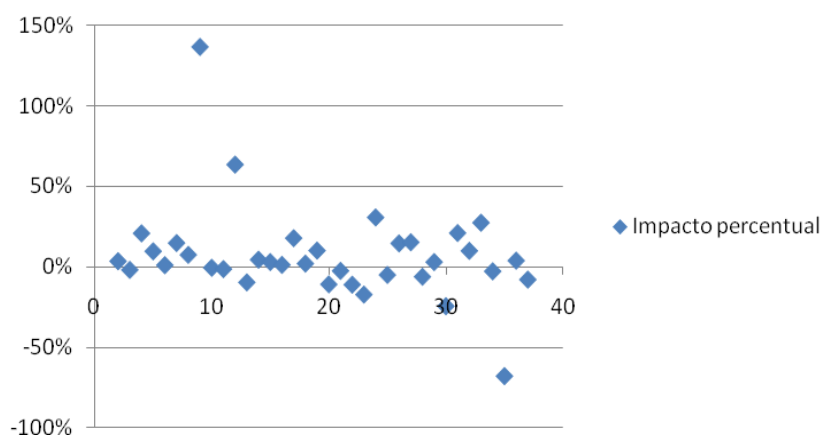


Gráfico 7

Fonte: Elaboração Própria

De acordo com a dispersão do impacto percentual evidenciado no gráfico 7, é visível a concentração das entidades, sendo que apenas três se destacam por terem variações superiores a 50%, sendo elas a Fisipe e a Imobiliária Construtora Grão Pará, com variações positivas e a Reditus, com variação negativa.

Numa análise em termos absolutos, mais uma vez se destacam a Sonae, SGPS e a EDP. Numa amostra em que a média de variação dos activos não correntes é de 40.836 milhares de euros, o impacto nas rubricas da Sonae foi de 1.408.478, 98,55% em relação à variação total e nas da EDP foi negativo em 1.559.330, -109,10% em relação à variação total. A exclusão destas empresas do objecto de estudo acarretaria uma alteração da variação percentual total de cerca de 2,8%, passaria de 2,65% para 5,41%. É de salientar que o efeito negativo da EDP é muito significativo e que se se considerasse a amostra sem esta entidade, a variação dos activos não correntes seria, em termos percentuais de 8,7%.

#### **4.5 Análise dos Impactos nos Activos Não Correntes**

Para tentar perceber a origem dos impactos nos activos não correntes, vai fazer-se uma análise rubrica a rubrica, através da decomposição dos ajustamentos efectuados pelas entidades aquando da transição para as normas IAS/IFRS. Para tal, é importante saber qual a variação total de cada uma das grandezas que figuram no balanço.

## Ajustamentos por Rubrica

em milhares de Euros

Rúbricas do Balanço	POC e DC	Ajustamentos de transição	IFRS
<b>Activos não Correntes</b>			
Activos fixos tangíveis	34.260.953	-2.158.353	32.102.600
Propriedades de investimento	415.862	2.339.635	2.755.497
Activos biológicos	237.190	50.749	287.939
Goodwill	2.631.843	360.343	2.992.186
Outros activos fixos intangíveis	7.584.525	124.030	7.708.554
Inv. em associadas e emp. Conjuntos	2.095.944	-228.162	1.867.782
Inv. financeiras em subsidiárias	27	-26	1
Participações financeiras pelo MEP	23.129	10.076	33.205
Outros investimentos financeiros	1.767.560	-215.528	1.552.032
Outras contas a receber	1.106.117	-634.358	471.759
Activos por impostos diferidos	2.810.834	798.227	3.609.061
Outros Activos não Correntes	296.488	812.479	1.108.967
Activos disponíveis para venda	780.943	170.136	951.079
<b>Total dos Activos não correntes</b>	<b>54.011.414</b>	<b>1.429.247</b>	<b>55.440.662</b>

Tabela 3

Fonte: Elaboração Própria

Como é visível na tabela 3, os activos não correntes sofreram uma variação positiva que interessa analisar. Podemos também concluir que a rubrica que mais influiu para este resultado foi a de “propriedades de investimento” com o aumento mais acentuado, enquanto os “activos fixos tangíveis” registaram o maior decréscimo decorrente da alteração das políticas contabilísticas. Apesar destas considerações é necessário fazer um estudo individualizado das rubricas que compõem os activos não correntes à excepção de “investimentos financeiros em subsidiárias” por apresentar uma variação irrelevante.

### 4.5.1 Activos Fixos Tangíveis

Nesta rubrica em particular, apenas quatro entidades não apresentaram variação e apesar de na sua globalidade ela ter sofrido um forte impacto negativo, na realidade o número de empresas que viram o valor dos seus activos fixos tangíveis a aumentar foi

ligeiramente superior ao daquelas que, pelo contrário, observaram um decréscimo nesta conta, conforme se pode verificar no gráfico 8 e no anexo 4.

### Análise da Variação nos Activos Fixos Tangíveis

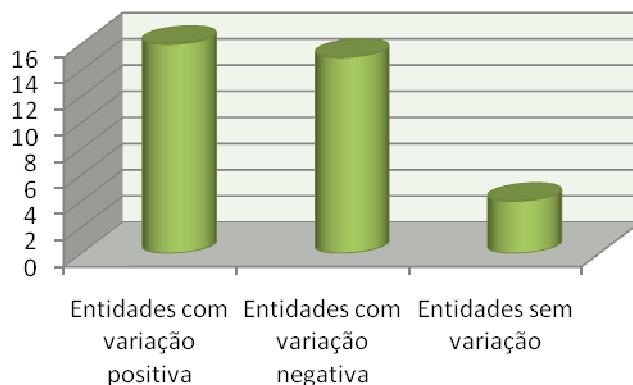


Gráfico 8

Fonte: Elaboração Própria

A variação negativa global deve-se em grande parte a duas entidades que tiveram uma contribuição decisiva para a sua concorrência, sendo elas a EDP e a Sonae SGPS. É nas contas destas entidades que vamos centrar a análise para tentar justificar este decréscimo dos activos, não esquecendo porém de estudar as que apresentaram as variações positivas mais significativas, como a Semapa e a Cimpor.

Ao analisar as contas da EDP verificamos que, por aplicação da IAS 16 que refere que as despesas suportadas com activos fixos tangíveis só podem ser capitalizadas quando for possível que fluam para a entidade benefícios económicos futuros, foram diminuídos os activos em cerca de 693.969 milhares de euros por contrapartida de reservas por se considerar que os custos que haviam sido capitalizados não cumpriam os critérios de reconhecimento. De acordo com permitido pelo normativo nacional, esta entidade tinha capitalizado ganhos e perdas cambiais de empréstimos em moeda estrangeira contraídos especificamente para a aquisição de activos fixos, no entanto a IAS 23 manda reconhecer essas diferenças directamente em resultados e por esse motivo os activos sofreram uma redução de 249.411 milhares de euros por contrapartida de reservas. A aplicação das duas normas acima enunciadas traduziu-se numa diminuição dos activos fixos tangíveis de 943.380 milhares de euros, cerca de 94% da variação total. A restante diferença

provavelmente decorre da revisão do período de vida útil dos bens e das perdas por imparidade que foram registadas por imposição da IAS 36 que exige que seja estimado o valor recuperável dos activos que indiciem estar sobrevalorizados.

Nas contas da Sonae SGPS é visível que os activos fixos tangíveis decresceram essencialmente pelo facto de passar a existir uma rubrica autónoma para as propriedades de investimento. Para além disso, foram também eliminados os activos que não cumpriam os critérios de reconhecimento preconizados nas IFRS, mais concretamente na IAS 16, e para os diferentes activos afectos a diferentes negócios, foram definidas vidas úteis distintas das que eram utilizadas na consolidação em POC, provavelmente de acordo com a definição de Vida útil constante da IAS 16.

Com variação positiva nos activos fixos tangíveis, a Semapa, à data da transposição, reviu o método de amortização e passou a utilizar o método das quotas constantes por duodécimos, em detrimento do das quotas degressivas que até então utilizava. Para além disso, os custos subsequentes de que se esperava advirem benefícios económicos futuros, foram incluídos no custo de aquisição dos activos ou reconhecidos como activos separados. Tal como a Semapa, também a Cimpor viu os seus activos fixos tangíveis sofrerem um acréscimo decorrente da transposição para as normas internacionais. As causas foram em tudo semelhantes às já enunciadas, isto é, as despesas imputáveis à compra de imobilizado foram capitalizadas e o método de amortizações foi revisto, sendo que alguns activos que eram amortizados pelo método das quotas degressivas passaram a sê-lo pelo método das quotas constantes por duodécimos. Para além disso, e esse talvez tenha sido o factor com maior relevância, a Cimpor, em consonância com o permitido pela IFRS 1 reavaliou os activos ligados à actividade cimenteira e assumiu o valor resultante como o novo valor de custo.

#### **4.5.2 Propriedades de Investimento**

A maioria das entidades não apresenta valor nesta rubrica, daí ser elevada a quantidade de empresas sem variação, conforme é visível no gráfico 9 e no anexo 5.

## Análise da Variação nas Propriedades de Investimento

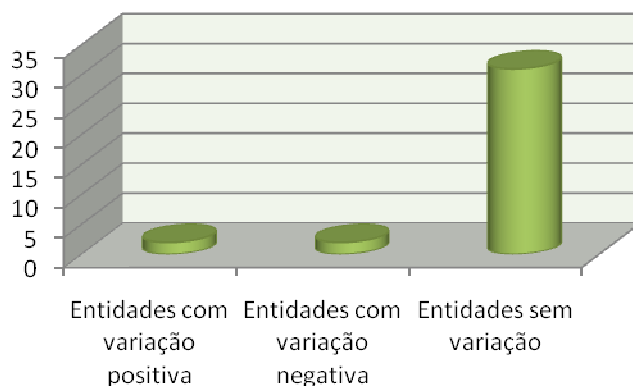


Gráfico 9

Fonte: Elaboração Própria

O impacto da adopção das IFRS nesta rubrica é positivo por influência quase exclusiva da Sonae SGPS e da Teixeira Duarte. Por esse motivo, é nestas entidades que se vai centrar o estudo.

Da análise das contas da Sonae SGPS, fica patente que os valores registados em propriedade de investimento respeitam essencialmente a imóveis detidos em centros comerciais com a finalidade de auferir rendimentos ou de que eles valorizem, não estando directamente relacionados com a actividade de exploração. Em POC, estes imóveis estavam reconhecidos no imobilizado corpóreo ao custo de aquisição. Em IFRS apresentam-se em linha separada e são registados pelo valor de mercado, sendo objecto de avaliação semestral por parte de uma entidade independente. As contas referem ainda que as beneficiações de que se esperem benefícios económicos futuros são capitalizadas nesta rubrica. Decorrente da alteração do método de valorização subsequente, que conforme permitido pela IAS 40 é feita pelo justo valor, sem amortização, e a diferença é reconhecida na demonstração dos resultados como custo ou proveito do exercício, esta rubrica variou em Dezembro de 2004 de 1.475 milhões de euros para cerca de 2.098 milhões de euros.

Tal como a Sonae, também Teixeira Duarte passou a valorizar subsequentemente as suas propriedades de investimento ao valor de mercado, reconhecendo as variações como custos ou proveitos operacionais. Assim, o grupo identificou os terrenos e edifícios detidos



para apreciação de capital ou arrendamento e adoptou, em consonância com o disposto na IAS 40, o critério do justo valor. Da alteração da política contabilística resultou uma variação positiva de cerca de 72.376 milhares de euros.

Podemos depreender que dada a tendência de valorização de alguns imóveis, da adopção desta norma podem advir aumentos significativos dos activos das empresas aquando da adopção do método do justo valor para a sua valorização.

### 4.5.3 Activos Biológicos

Dada a especificidade desta rubrica, apenas três das entidades em estudo apresentam valores nela registados, as que estão directa ou indirectamente relacionadas com a produção de celulose ou pasta de papel, e todas elas apresentam variação positiva. Esse facto pode ser observado no gráfico 10 e no anexo 6.

#### Análise da Variação nos Activos Biológicos

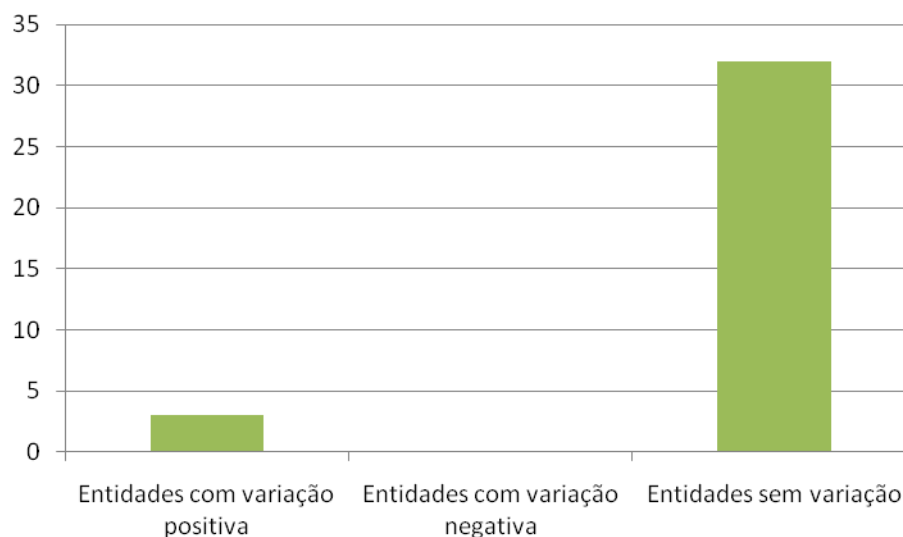


Gráfico 10

Fonte: Elaboração Própria

Dessas três entidades, duas: a Portucel e a Semapa apresentam uma variação exactamente igual, isso deve-se ao facto de nas contas consolidadas da Semapa os valores

reflectidos serem os do sub-grupo Portucel. Por esta razão, vamos analisar apenas as contas da Cofina e da Portucel.

O analisar as contas da Cofina, não é perceptível a razão da variação de valor nesta rubrica. A informação apresentada limita-se a definir os critérios valorimétricos que estão de acordo com o disposto na IAS 41.

A Portucel mensura os activos biológicos segundo o critério do justo valor deduzido das despesas que se prevê suportar na data de venda e eles correspondem essencialmente às florestas detidas.

Apesar de aparentemente esta rubrica ter sofrido um impacto positivo, da análise das contas advém a percepção de que a variação total resulta de reclassificações de activos que tiveram uma influência positiva de 33.727 milhares de euros e que o impacto decorrente da adopção das IAS/IFRS teve um efeito negativo de 18.297 milhares de euros. Este impacto deriva da alteração do método de registo das florestas que, de acordo com o POC se encontravam valorizadas a custo de aquisição e, em concordância com o disposto na IAS 41, passaram a registar-se ao justo valor, conforme já referido.

#### **4.5.4 *Goodwill***

Esta rubrica apresenta uma variação total positiva de cerca de 360.343 milhares de euros, no entanto é difícil, atendendo ao gráfico 11 e ao anexo 7, perceber a tendência desta conta aquando da adopção das normas internacionais.

### Análise da Variação no *Goodwill*

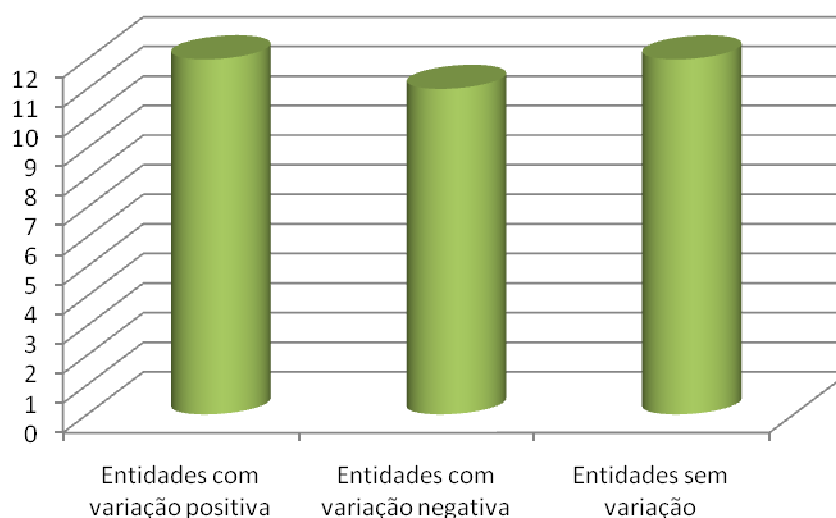


Gráfico 11

Fonte: Elaboração Própria

Conforme se pode verificar não existe uma propensão acentuada nem para que esta rubrica diminua nem para que aumente, vão por isso analisar-se as contas de algumas entidades com o intuito de tentar perceber que factores fazem variar o *goodwill*. Assim, e à semelhança do que foi feito nos pontos anteriores, vamos estudar as contas das empresas que apresentaram maior variação, quer positiva, quer negativa e foram elas a Sonae, SGPS e o Modelo continente, que se destacaram pelos maiores impactos positivos e a Semapa e o Grupo Soares da Costa que sofreram as variações negativas mais significativas.

A Sonae SGPS não amortiza o *goodwill*, fazendo testes anuais de imparidade e, no caso de existir perda, é contabilizada em resultados sem possibilidade de reversão, conforme exigido pela IAS 36. Desde 2001 que esta entidade, indo contra ao recomendado no POC, vinha a anular os valores de *goodwill* por contrapartida de reservas, procedimento que se alterou com a aplicação da IFRS3, passou então a registar-se como um activo não amortizável, sujeito a testes de imparidade, conforme já enunciado. Esta alteração de política contabilística originou um registo nesta rubrica de cerca de 628.760 milhares de euros. Por outro lado, no que respeita às filiais estrangeiras, o *goodwill* foi retrospectivamente reexpresso na moeda funcional de cada uma delas e as diferenças

cambiais, no valor de – 160.730 milhares de euros, foram registadas em resultados transitados. Este tratamento diverge ligeiramente do disposto na IAS 21 que clarifica que as diferenças cambiais devem ser registadas em rubrica separada dos capitais próprios até à data de alienação, quando são transferidos para resultados.

As situações acima descritas repetem-se aquando da análise das contas da Modelo Continente, que em 2001 também anulou o *goodwill* apurado à data por contrapartida de reservas. Com a adopção das IFRS registou um activo de 265.294 milhares de euros, este activo é sujeito a testes de imparidade periódicos.

Ao analisar as contas da Semapa constatamos que o *goodwill* é registado nos activos e não é amortizável, sendo sujeito a testes de imparidade anuais. As perdas por imparidade são irreversíveis conforme preconizado na IAS 36. Até 1 de Janeiro de 2004, o *goodwill* foi amortizado e a amortização acumulada foi, com a adopção das IFRS, deduzida ao valor do activo bruto. Nas aquisições anteriores a 1 de Janeiro de 2004 a empresa, como permitido pela IFRS 1, não alterou o valor líquido registado nesta rubrica, excepto no que concerne aos efeitos que advém da aplicação da IAS 36 e da IAS 21. Obedecendo ao disposto na IAS 21, a entidade tratou o *goodwill* de subsidiárias estrangeiras como um activo das sociedades adquiridas e, como tal, foi expresso na moeda local e convertido para Euros à taxa de câmbio em vigor na data de encerramento. Das actualizações cambiais resultou grande parte da variação desta rubrica. As diferenças são registadas em conta apropriada do capital próprio.

O Grupo Soares da Costa, conforme disposto na IFRS 3, regista o *goodwill* nos activos, sujeito a testes de imparidade anuais. O *goodwill* de entidades sediadas no estrangeiro encontra-se registado nas moedas de reporte de cada uma delas e é convertido para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. Para além das variações induzidas pela aplicação das IAS 21 e 36, foram desreconhecidas as diferenças de consolidação geradas no processo de reestruturação do grupo ocorrido em 2002 por não cumprirem os critérios de reconhecimento preceituados no normativo IAS.

#### **4.5.5 Outros Activos Fixos Intangíveis**

Esta rubrica sofreu uma variação global positiva de cerca de 179.630 milhares de euros e todas as entidades registaram alterações. Apesar do impacto positivo, 60 % das entidades

viram os seus activos intangíveis a decrescer quando adoptaram o normativo do IASB. Esse facto pode ser constatado no gráfico 12 e no anexo 8.

### Análise da Variação nos Outros Activos Fixos Intangíveis

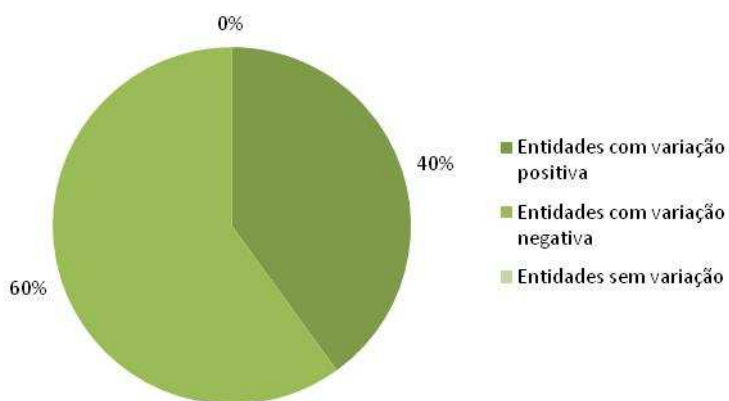


Gráfico 12

Fonte: Elaboração própria

As entidades que apresentaram maiores variações positivas foram a Semapa e a Brisa, contrariamente à Reditus e à PT Multimédia que tiveram os maiores impactos negativos. É nas contas destas empresas que se vai centrar o estudo.

A Semapa regista os seus activos intangíveis ao custo de aquisição, deduzido de amortizações. À data de transposição para IFRS, esta entidade desreconheceu activos intangíveis como sendo as despesas de constituição e de investigação e desenvolvimento que, segundo a IAS 38 não cumpriam os critérios de reconhecimento. Apesar desta medida que acarretou claramente uma diminuição desta rubrica, a sua variação global foi positiva, o que só pode ser explicado pela inclusão de duas entidades no perímetro de consolidação. Essas entidades eram excluídas beneficiando da dispensa de consolidação preconizada nas normas nacionais: uma porque prossegue objecto diverso e a outra porque existem restrições que podem comprometer a transferência de fundos. Essa dispensa não está prevista na IAS 27.

Decorre da análise das contas da Brisa a percepção de que nesta rubrica estão registados essencialmente os direitos contratuais e as despesas incorridas em projectos

específicos, como o desenvolvimento de determinado software, das quais se espera advenham benefícios económicos futuros, sejam controláveis e possam ser fiavelmente mensuradas, conforme determinado pela IAS 38. Também seguindo o preceituado nessa norma, as despesas de investigação e desenvolvimento são levadas a resultados. Os valores registados em activos incorpóreos são sujeitos a amortização, à excepção dos que têm vida útil indefinida, que são sujeitos a testes de imparidade. A variação desta rubrica é ocasionada em grande parte pela transferência de valores que estavam registados em custos diferidos e que correspondiam a valores pagos ao Estado relativos a contratos de concessão. Segundo as IFRS, esses valores constituem direitos contratuais que devem ser reconhecidos como activos.

A informação divulgada pela Reditus não é conclusiva quanto aos ajustamentos efectuados. Menciona apenas que esta rubrica reflecte os valores de despesas de desenvolvimento, amortizadas num período de dez anos e também do *goodwill*, sujeito a testes de imparidade. Desta informação pode depreender-se que as despesas de desenvolvimento preenchem os critérios de reconhecimento previstos na IAS 38. A diminuição dos activos deverá ter sido ocasionada pelo desreconhecimento de valores que, segundo o normativo internacional não podem figurar como activos da entidade.

A PT Multimédia regista nesta rubrica as despesas que cumprem os critérios de reconhecimento, os activos são amortizados ou sujeitos a testes de imparidade, quando aplicável. Estão registados como activos incorpóreos o *goodwill*, os direitos de aluguer, outros direitos contratuais e as despesas de desenvolvimento que são permitidas pela IAS 38. Está na base da diminuição desta rubrica a descapitalização das despesas de instalação e de investigação e parte das de desenvolvimento. Foram também deduzidos os subsídios ao investimento ainda não reconhecidos em resultados, em consonância com o preceituado na IAS 20 que permite que o valor dos subsídios relacionados com activos seja deduzido ao valor desses activos, contrariamente ao POC, que exige a sua contabilização em proveitos diferidos, sistematicamente imputáveis a resultados.

#### 4.5.6 Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos

Esta rubrica sofreu uma variação total negativa de cerca de 228.162 milhares de euros e apenas seis entidades apresentaram impacto positivo decorrente da adopção das IAS/IFRS, conforme se pode observar no gráfico 13 e no anexo 9.

##### Análise da Variação nos Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos

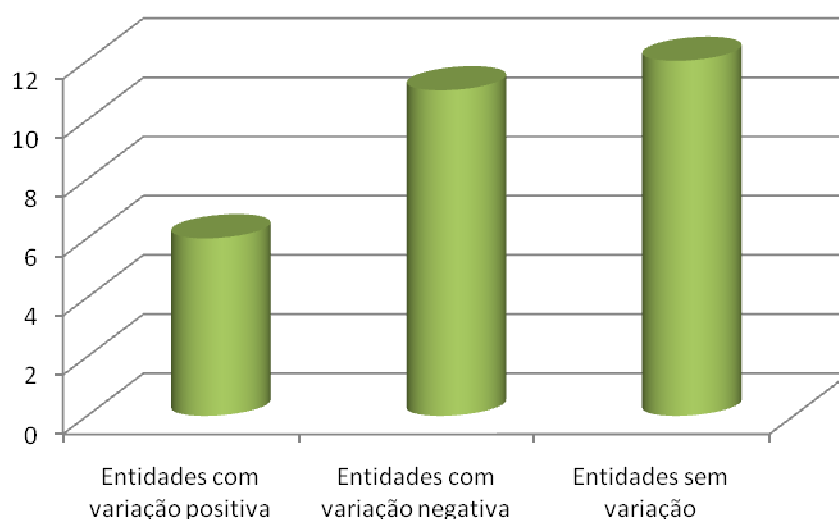


Gráfico 13

Fonte: Elaboração Própria

As entidades que tiveram maior contribuição para a diminuição desta rubrica foram a EDP e a Sag Gest, com as maiores oscilações negativas. Por outro lado, a diminuição foi amenizada pelas variações positiva da Teixeira Duarte e da PT Multimédia.

Ao analisar as contas da EDP, não se consegue saber com exactidão o porquê da diminuição desta rubrica, pode ter sido influenciada pela aplicação da IAS 21 aos valores das associadas estrangeiras e também pela reversão do MEP nas contas individuais da

empresa mãe, induzida pela aplicação da IFRS 5<sup>8</sup>, pode também ter sido suscitada pela adopção da IAS 28 que obriga a contabilizar os investimentos em associadas pelo MEP enquanto o POC permite que se utilize o método do custo se o valor não for materialmente relevante.

A alteração de políticas contabilísticas resultou, para a Sag Gest, numa redução desta rubrica de cerca de 68.811 milhares de euros. A aplicação da IAS 28 e consequente obrigatoriedade do uso do MEP para tratamento contabilístico dos investimentos em associadas em detrimento do método do custo anteriormente utilizado, justifica cerca de 58,33% desta redução, uma vez que por esta via, os investimentos em associadas sofreram um decréscimo de 40.141 milhares de euros.

A Teixeira Duarte regista os investimentos em associadas pelo MEP, à excepção dos que estão classificados como detidos para venda. A variação nesta rubrica deve-se aos ajustamentos efectuados nas contas individuais das empresas associadas pela aplicação do normativo internacional que se reflectiram nos seus capitais próprios, isso implicou os consequentes ajustes exigidos pelo MEP nas contas da Teixeira Duarte.

A alteração do valor dos investimentos em associadas da PT Multimédia resulta da aplicação de uma disposição da IAS 28 que exige que o *goodwill* positivo seja reconhecido no valor do investimento. No que toca à legislação nacional, a DC 9 é condizente com a legislação internacional, no entanto, o POC permite que o *goodwill* seja reconhecido e apresentado em rubrica separada, procedimento que esta entidade adoptava.

#### **4.5.7 Participações Financeiras pelo MEP**

A maioria das empresas não apresenta valores nesta rubrica, uma vez que não individualiza este tipo de participações. Conforme se pode observar no gráfico 14 e no anexo 10, apenas duas entidades apresentam variação nesta conta.

---

<sup>8</sup> A IAS 28 não permite que se utilize o MEP aos investimentos classificados como detidos para venda. Nessas circunstâncias deve aplicar-se a IFRS 5.



## Análise da Variação nas Participações Financeiras pelo MEP

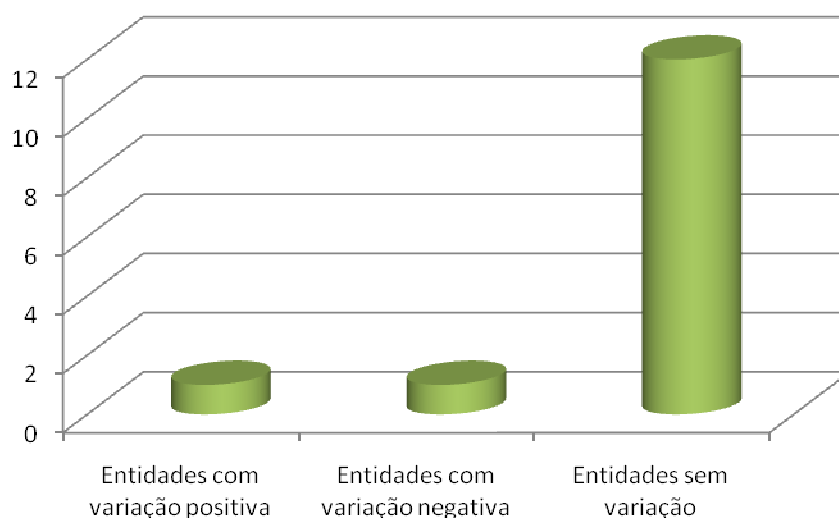


Gráfico 14

Fonte: Elaboração Própria

O facto de grande parte das entidades ter estas participações contabilizadas em outras rubricas do balanço pode deturpar o estudo, no entanto vão analisar-se as contas da Mota-Engil e do Grupo Soares da Costa no sentido de tentar perceber que normas podem causar impacto nesta grandeza dos activos não correntes.

A Mota-Engil regista pelo MEP os investimentos em associadas. É feita uma avaliação dos valores registados nesta conta sempre que existam indícios de que possam estar em situação de imparidade. Segundo a informação disponibilizada pela entidade, a variação verificada nesta rubrica resulta dos ajustamentos líquidos que afectaram os capitais próprios das associadas, isto é, não houve alteração do critério anteriormente utilizado na contabilização e as divergências decorrem da aplicação do MEP.

Tal como a Mota-Engil, também o Grupo Soares da Costa regista nesta rubrica as participações financeiras em empresas associadas que são valorizadas pelo MEP. Quando existem indícios de imparidade, são feitas avaliações dos investimentos e caso se demonstre existir, são as perdas levadas a resultados no exercício em que ocorrem. A análise das contas e comunicados publicados por esta entidade não permite aferir da causa da variação nesta conta em particular, não existe nenhuma referência a esta diferença.

Estamos perante um valor que não é relevante e que decorrerá, provavelmente da aplicação das IAS/IFRS às contas individuais das associadas aquando da preparação da informação para a elaboração das contas consolidadas.

#### 4.5.8 Outros Investimentos

Esta rubrica apresenta uma variação global negativa de cerca de 215.528 milhares de euros. Mais uma vez, grande parte das entidades, aproximadamente 49% das empresas em estudo, não apresenta alterações nesta conta, 17% das entidades apresentam variação positiva e 34% viram os valores desta rubrica a decrescer quando da aplicação das IAS/IFRS. Estes factos podem ser constatados no gráfico 15 e no anexo 11.

##### Análise da Variação nos Outros Investimentos

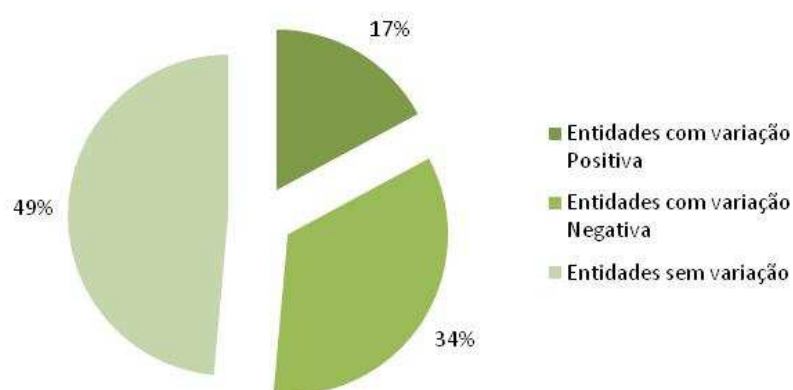


Gráfico 15

Fonte: Elaboração Própria

Das entidades que obtiveram resultados negativos nesta rubrica, vamos analisar as contas da Sonae SGPS por ter sido a que apresentou valores mais significativos. A Brisa foi a empresa que teve a variação positiva mais substancial e por esse facto, vão estudar-se também os relatórios desta entidade.

A Sonae SGPS classifica na rubrica “Investimentos” os investimentos detidos até à maturidade, excepto se o seu vencimento for inferior a doze meses, conforme o disposto na IAS 39. Não existe uma referência directa à causa desta variação nas contas apresentadas por esta entidade.

Tal como preconizado na IAS 39, a Brisa classifica os investimentos da seguinte forma: Investimentos até à maturidade; Activos mensurados ao justo valor através de resultados e activos financeiros disponíveis para venda. Os primeiros são os que figuram na rubrica em estudo, desde que o seu vencimento não seja inferior a doze meses. Os investimentos são registados inicialmente pelo custo de aquisição acrescido das despesas de transacção, conforme permitido pelo normativo internacional que, neste aspecto em particular, não diverge do nacional. Após o reconhecimento inicial, os investimentos detidos até à maturidade são registados ao custo capitalizado à taxa de juro efectiva, líquido de amortizações de capital e juros recebidos. A análise das contas não é conclusiva quanto aos factores que promoveram a variação nesta rubrica, no entanto, tudo leva a crer que houve uma reclassificação de curto para médio e longo prazo atendendo a que os outros activos correntes sofreram uma diminuição de cerca de 79.000 milhares de euros. Se efectivamente existiu esta reclassificação, ela pode ter sido motivada por uma análise dos prazos de maturidade dos investimentos detidos. Para além disso, a IAS 39 exige que esta categoria de activos seja valorizada ao custo amortizado contrariamente à legislação nacional que exige a valorização pelo custo ou pelo preço de mercado se este for inferior. A variação poderá advir desta divergência entre os normativos.

#### **4.5.9 Outras Contas a receber**

No universo das entidades em estudo, não são muitas as que apresentam valores nesta rubrica, daí que a maioria delas não apresenta variações. O impacto total é negativo em 634.358 milhares de euros, quase totalmente justificado pela variação ocorrida na EDP. Apenas cinco empresas apresentaram alterações na transição para o normativo internacional, tal como se pode ver no gráfico 16 e no anexo 12.

### Análise da Variação nas Outras Contas a Receber

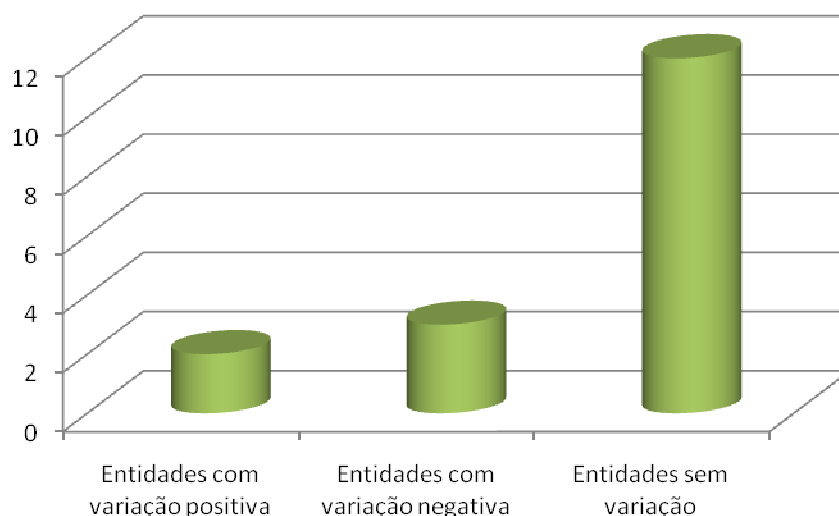


Gráfico 16

Fonte: Elaboração Própria

Tal como já mencionado, a entidade que mais contribuiu para esta variação foi a EDP, facto que obriga à análise das contas desta empresa. A variação positiva mais significativa foi registada pela Mota-Engil, sendo que todos os outros valores não são de grande significância.

A EDP reconhece inicialmente as contas a receber pelo justo valor e, após o reconhecimento inicial, valoriza-as ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas de imparidade. As perdas por imparidade são reconhecidas tendo por base estimativas de probabilidade de recuperação que podem variar dependendo de determinadas circunstâncias. É um processo sujeito a julgamentos que podem divergir, implicando diferentes níveis de imparidade. Nas contas de 2005, a EDP não faz referência a este impacto, e, analisadas as contas de 2004 verifica-se que este procedimento mantém-se inalterado face ao que já era efectuado em POC, deduz-se que a variação se pode dever a alterações nas expectativas de recebimento induzidas por acontecimentos posteriores ao encerramento das contas elaboradas com base no normativo nacional ou que pela aplicação da IAS 27 tenha alterado o perímetro de consolidação e que isso tenha tido consequências ao nível desta conta.

A Mota-Engil regista as contas a receber pelo valor nominal deduzido de eventuais perdas de imparidade. Nas contas que elaborava com base no anterior normativo, provisionava estes créditos tendo em atenção as perdas estimadas, ou seja, neste aspecto em particular não houve uma alteração efectiva de políticas contabilísticas, pelo que se não houvesse alteração das estimativas, o valor dos activos líquidos deveria ter permanecido inalterado, excepto se houver alteração do perímetro de consolidação.

#### 4.5.10 Activos por Impostos Diferidos

Esta rubrica apresentou uma variação global positiva de cerca de 798.227 milhares de euros. A maioria das entidades obteve impacto positivo e apenas uma viu os seus activos por impostos diferidos a sofrer um decréscimo. Estes factos podem ser constatados no gráfico 17 e no anexo 13.

##### Análise da Variação nos Activos por Impostos Diferidos

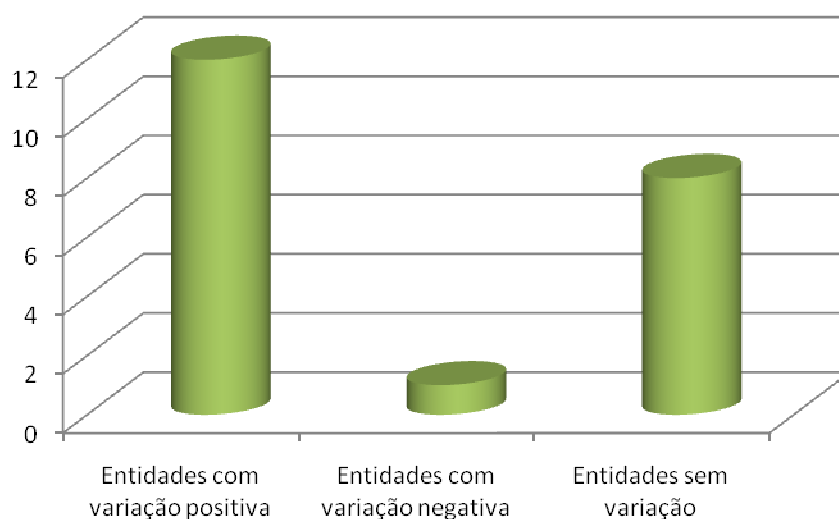


Gráfico 17

Fonte: Elaboração Própria

A EDP e a Sonae SGPS são as entidades que apresentaram maiores impactos positivos e por esse facto vão analisar-se as suas contas. Vão também estudar-se as contas da única entidade que teve variação negativa que foi a Cimpor.

A EDP calcula os impostos diferidos de acordo com o método do passivo com base no balanço sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos e as bases fiscais. Os impostos diferidos activos só são reconhecidos se for provável que no futuro existam lucros tributáveis capazes de absorver as diferenças temporária dedutíveis. As variações nesta rubrica resultam dos impactos dos ajustamentos nas outras rubricas sempre que daí, nos termos da IAS 12 resultem diferenças temporárias entre os princípios contabilísticos e os critérios fiscais.

Também a Sonae SGPS calcula os impostos diferidos pelo método do passivo com base no balanço e eles reflectem as diferenças temporárias entre o suporte contabilístico e o referencial fiscal. Só são reconhecidas nos activos as diferenças que expectavelmente possam ser cobertas no futuro por lucros fiscais e, quando essa possibilidade deixa de existir, elas são desreconhecidas. Apesar de nas contas de 2004 esta entidade fazer menção aos impostos diferidos ao afirmar que os regista se forem relevantes, na verdade não há montantes reconhecidos nestas contas, nem no activo nem no passivo, o que leva a crer que ou de facto os valores a registar seriam imateriais ou a DC 28 não estava a ser convenientemente aplicada. Se a primeira hipótese for a correcta, é plausível admitir que as diferenças que se verificaram nos activos por impostos diferidos decorreram dos ajustamentos efectuados nas outras rubricas que ocasionaram diferenças temporárias com maior significado.

A Cimpor valoriza os seus activos por impostos diferidos de forma em tudo semelhante ao que foi descrito anteriormente. Ao analisar os relatórios e contas de 2004 e 2005, constata-se que a diminuição desta rubrica ocorre essencialmente pela variação da base tributável relativa a reavaliações e ajustamentos dos activos fixos. Nas contas de 2004, esta entidade refere que os impostos diferidos activos aqui registados resultam da existência de bases tributáveis superiores às contabilísticas decorrentes da anulação de reavaliações expressas nas contas individuais que foram anuladas para efeitos de consolidação. A entidade não faz menção a esta alteração que pode ter ocorrido porque a IAS 27 permite, ao contrário do normativo nacional que é omissivo, que se excluam do perímetro de consolidação as filiais classificadas como detidas para venda.

#### 4.5.11 Outros Activos não Correntes

Esta rubrica sofreu uma variação positiva de 855.736 milhares de euros. Dez entidades registaram variação positiva, dezanove não tiveram qualquer variação e seis viram esta conta a decrescer pelo efeito da aplicação do normativo internacional, tal como pode ser constatado no gráfico 18 e no anexo 14.

#### Análise da Variação nos Outros Activos Não Correntes

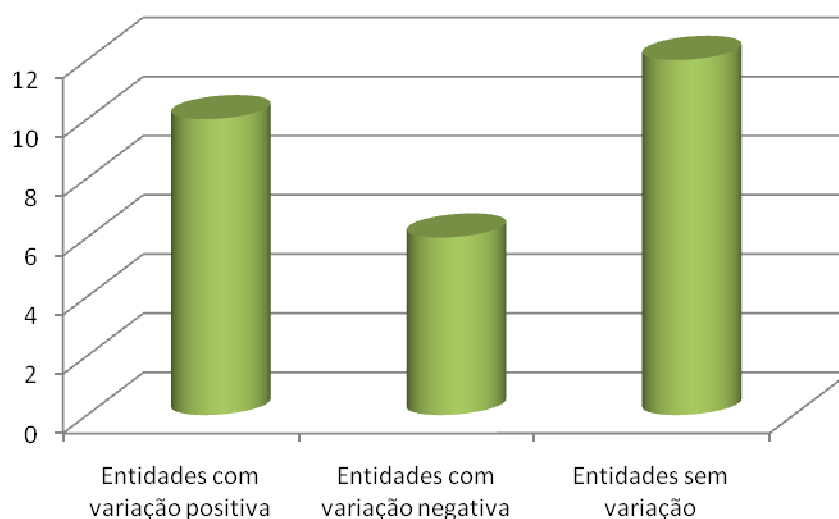


Gráfico 18

Fonte: Elaboração Própria

O acréscimo desta conta deve-se essencialmente à variação registada pela Portugal Telecom, facto que obriga à análise do relatório desta entidade. Para além disso vão estudar-se as contas do Grupo Media Capital, que também registou um ajustamento positivo de valor significativo e as da Inapa e PT Multimédia por terem as variações negativas mais expressivas.

Pela análise das contas da Portugal Telecom entende-se que a variação nesta rubrica decorre da aplicação das IFRS a uma operação de sale and lease back que a entidade celebrou. Em POC, alguns dos activos subjacentes ao contrato tinham sido

desreconhecidos e os veículos<sup>9</sup> utilizados na operação não tinham sido consolidados. De acordo com o normativo internacional, os veículos devem ser incluídos na consolidação das entidades que deles obtenham benefícios económicos e os activos devem permanecer no balanço, pelo que a Portugal Telecom teve que os voltar a reconhecer.

O grupo Media Capital tinha classificados em activos correntes os direitos de transmissão e, pela aplicação da IAS 38, reclassificou-os e transferiu-os para uma rubrica de activos não correntes. Esta norma diz que devem ser reconhecidos como intangíveis os activos não monetários, identificáveis<sup>10</sup> e sem substância física, como é o caso destes direitos.

A Inapa não apresenta informação que se configure conclusiva, da análise dos ajustamentos que afectaram os capitais próprios em 31/12/2004, verifica-se que houve uma redução pela correcção de *goodwill* e marcas ao justo valor. Aparentemente esta foi a correcção que afectou esta rubrica.

A PT Multimédia regista nesta conta os valores resultantes de um contrato de *sale and lease back* e os adiantamentos de direitos de transmissões. Ao analisar as contas desta entidade a única referência encontrada nas notas que pode justificar a diminuição desta rubrica é a de que os subsídios ao investimento que em POC figuravam na conta de proveitos diferidos foram deduzidos aos valores dos activos, conforme o estabelecido na IAS 20.

#### **4.5.12 Activos Disponíveis para Venda**

A maioria das entidades não sofreu variação nesta rubrica, cerca de 72%. Enquanto os restantes 28% das empresas distribuíram-se igualmente, uma vez que 14 % das empresas apresentaram variação positiva e 14 % variaram negativamente, conforme se pode verificar no gráfico 19 e no anexo 15.

---

<sup>9</sup> Entidades especialmente constituídas para levar a cabo a operação.

<sup>10</sup> Activo separável, i.e., que possa ser separado da entidade e vendido e que resulte de um contrato ou outro direito legal.



## Análise da Variação nos Activos Disponíveis para Venda

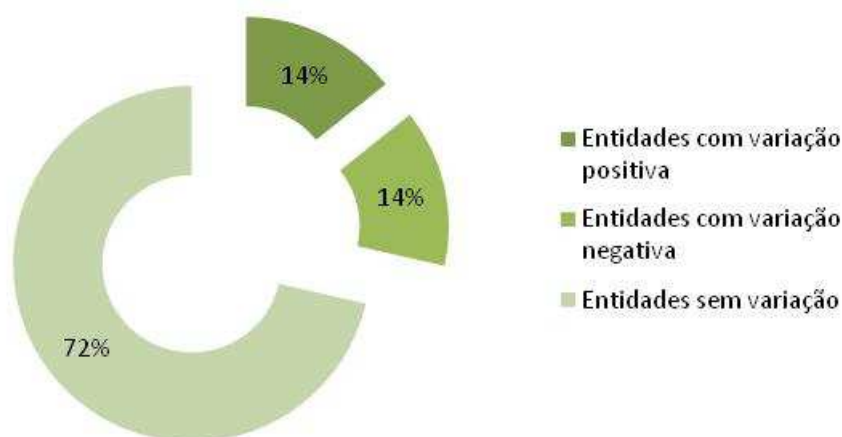


Gráfico 19

Fonte: Elaboração Própria

As entidades que sofreram variações mais significativas foram a Brisa e a Semapa que apresentaram os impactos positivos mais relevantes, enquanto a Mota-Engil teve uma variação negativa nesta rubrica que se destaca das variações das demais empresas. Assim, o estudo vai centrar-se nas contas destas três entidades.

A Brisa reconhece nesta rubrica os activos cujo valor seja realizável através da venda e não do uso e que seja expectável que a venda se concretize num prazo superior a doze meses, como é o caso de diversas participações financeiras que de acordo com o POC se encontravam registadas pelo preço de custo. Pela aplicação das IFRS, estes instrumentos passaram a estar registados ao valor de mercado e as variações a ser reconhecidas em reservas até à data da venda.

A Sempa reconhece nesta rubrica os activos financeiros não derivados, a menos que se espere aliená-los num prazo até doze meses. São contabilizados ao valor de mercado sempre que seja possível determiná-lo. Os valores inscritos nesta conta são fruto de reclassificações, dado que antes da aplicação das IFRS ela não era utilizada por esta entidade. Para além disso, o critério valorimétrico alterou, a Semapa valorizava estes activos ao menor preço, de custo ou de mercado. Com a adopção do normativo

internacional passou a contabiliza-los a preço de mercado, ainda que superior ao custo de aquisição.

A Mota-Engil classifica nesta conta os activos financeiros não derivados designados como disponíveis para venda e que não se enquadram nas outras rubricas, desde que não se perspetive a sua venda num prazo até doze meses, se isso acontecer são levados a activos correntes. Em POC, estas participações eram contabilizadas ao menor custo, de aquisição ou de mercado, com a adopção do normativo internacional e neste caso especificamente, com aplicação da IAS 39, estes activos passaram a ser valorizados ao justo valor com as suas variações a ser reconhecidas em resultados. A totalidade do ajustamento corresponde à diferença entre o valor contabilístico e o justo valor.

## **4.6 Impacto na Análise Financeira**

Após a análise dos impactos da adopção das IFRS nas rubricas dos activos não correntes, é importante analisar a variação dos indicadores económicos associados a estas grandezas. Para isso, foram calculados diversos rácios tendo em atenção os valores em POC e os valores após adopção do normativo internacional. De frisar que por dificuldade de obtenção de dados, sempre que são exigíveis os valores médios dos activos, foram considerados apenas os activos finais. Para análise dos impactos da adopção das IFRS nos activos não correntes, foram também calculados os mesmos rácios assumindo apenas as variações ocorridas nas rubricas em estudo, isto é, mantiveram-se os valores com base na normalização nacional para as contas que não são objecto deste estudo.

### **4.6.1 Rendibilidade Global**

Este indicador relaciona o valor do investimento total (*input*) com o resultado gerado no exercício (*output*). Apesar de não existir relação directa com os activos não correntes, uma vez que para o cálculo deste rácio são necessários os activos totais, é importante fazer uma análise abrangente da rentabilidade. Assim, na tabela seguinte observamos o que ocorreu ao nível da rendibilidade económica no universo das entidades em estudo quer em termos de valores globais quer em termos médios.

### Rendibilidade Global (RL/Activo Total)

	Valores em POC	Valores em IFRS	Variação	Activo em IFRS
Valores da amostra	2,91%	2,91%	0,00%	2,87%
Média dos Rácios das Entidades	0,70%	2,20%	1,50%	1,44%

Tabela 4

Fonte: Elaboração Própria

Tendo em conta os valores totais da amostra expressos na tabela 4, verifica-se que antes da alteração de normativo o investimento total proporcionava um retorno líquido de 2,91% que não se altera pela aplicação das normas internacionais. No entanto, se atentarmos apenas para os impactos ocorridos nas rubricas dos activos, verificamos que a rentabilidade global diminui e passa a ser de 2,87%.

Podemos então concluir que apesar de globalmente este indicador não alterar, as normas que afectaram os activos têm um impacto negativo nesta análise que é compensado pelos ajustamentos efectuados ao nível do resultado líquido.

Em termos médios, as entidades apresentavam um rácio de rentabilidade total de 0,70% em POC. Com a adopção das IAS/IFRS, este indicador disparou em termos médios para 2,20%, tendo em conta a totalidade dos ajustamentos efectuados, se tivermos em consideração apenas os impactos ao nível dos activos, as empresas apresentam valores médios para esta análise de 1,44%. Conforme se pode analisar no gráfico seguinte, individualmente, na maioria dos casos, a adopção das normas internacionais teve um efeito positivo neste indicador, o que explica o acréscimo deste rácio em termos médios.

## Comportamento da Rendibilidade Global

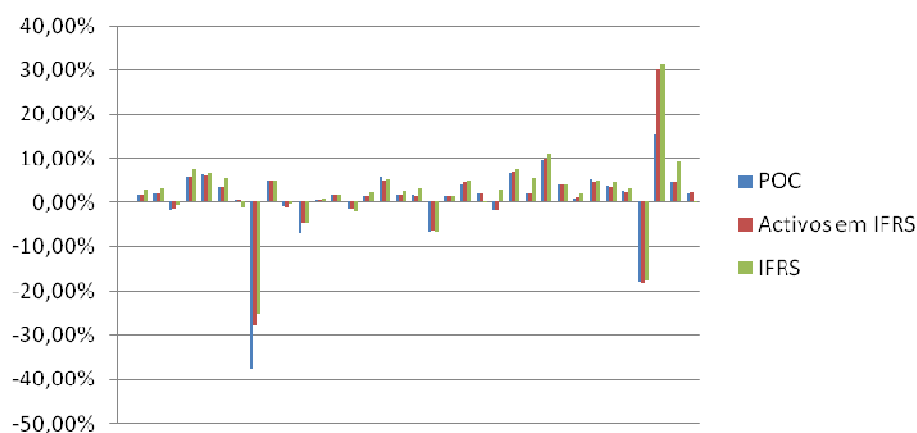


Gráfico 20

Fonte: Elaboração Própria

Conforme se pode comprovar pelo gráfico 20, a rentabilidade global de determinadas entidades variou consideravelmente com a aplicação das IAS/IFRS. Os dois “picos” do gráfico correspondem à Fisipe e à Reditus.

A Fisipe, em POC tinha uma rentabilidade negativa de 37,87% que passou a ser, tendo em conta todos os ajustamentos, de -25,23%. Ao analisar o impacto das normas que afectaram os activos, nesta entidade verificou-se uma valorização do indicador de -37,87% para -27,80%.

A Reditus apresentava, tendo em conta o normativo nacional, uma rentabilidade global de 15,21% que passou a ser de 31,04% por uma análise ao nível dos ajustamentos totais e 30,10% se tivermos em conta apenas as alterações ocorridas nos activos.

### 4.6.2 Rendibilidade do Activo Fixo

Após análise do impacto na rentabilidade global, o estudo vai centrar-se na variação ocorrida no rácio de rentabilidade dos activos não correntes. Ou seja, na tabela abaixo pode observar-se o impacto da adopção das IFRS no retorno líquido do investimento em activos fixos.

## Rendibilidade Activo Fixo (RL/Activo Fixo)

	Valores em POC	Valores em IFRS	Variação	Activo em IFRS
Valores da amostra	3,82%	3,78%	-0,04%	3,72%
Média dos Rácios das Entidades	-1,29%	3,63%	4,92%	2,34%

Tabela 5

Fonte: Elaboração Própria

Este indicador, para o somatório dos valores da amostra variou, com a aplicação do normativo internacional de 3,82% para 3,78%, sendo que tendo em conta apenas as normas que afectaram os activos não correntes obtém-se um retorno líquido de 3,72%.

Assim, a adopção do normativo internacional implicou uma variação desfavorável deste indicador, se se analisar o impacto só ao nível dos activos não correntes verifica-se que ele varia negativamente ainda mais acentuadamente.

Em termos médios, este rácio sofreu uma variação significativa de -1,29% em POC para 3,63% em IFRS, tendo em conta todos os ajustamentos. Se considerarmos os impactos ao nível do activo não corrente, este indicador passou a apresentar em média um valor de 2,34%.

## Comportamento da Rendibilidade Activo Fixo

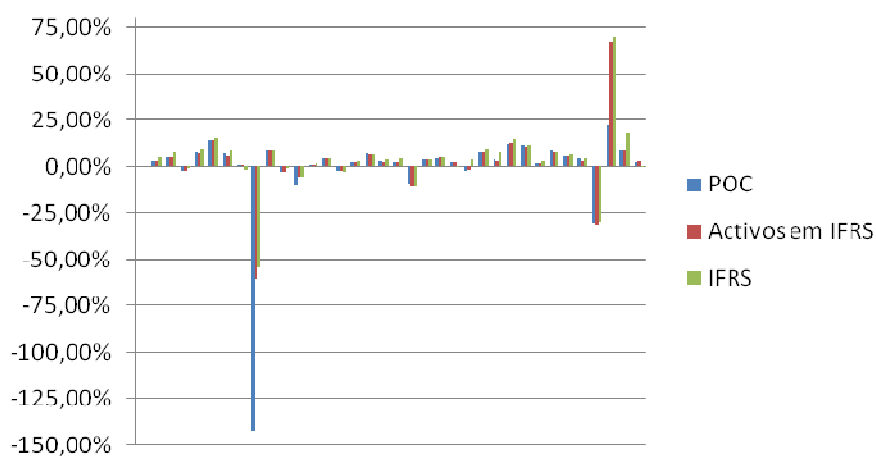


Gráfico 21

Fonte: Elaboração Própria

Mais uma vez se verifica, ao analisar o gráfico 21, que na maioria dos casos, a aplicação das IFRS traduziu-se numa variação favorável deste rácio. Os impactos mais significativos, quer ao nível dos ajustamentos totais quer ao dos ajustamentos nos activos não correntes, verificaram-se uma vez mais na Fisipe e na Reditus.

A Fisipe, em POC apresentava uma rendibilidade dos activos de -142,81% que em IFRS passou a ser de -54,79% e atendendo apenas aos ajustamentos dos activos não correntes seria de -60,35%.

A Reditus, após adopção das normas internacionais, passou a ter uma rendibilidade dos activos fixos de 69,70% quando em POC era de 21,72%, no entanto, se analisarmos este indicador atendendo apenas aos ajustamentos feitos ao nível dos activos não correntes verificamos que o acréscimo é ligeiramente menor pois passa a ser de 67,59%.

### 4.6.3 Rotação do Activo Fixo

Este é um rácio de funcionamento que mede o grau de utilização do activo, isto é, relaciona as unidades monetárias investidas em activos fixos com as vendas. Na tabela abaixo pode então observar-se qual o volume de vendas gerado pelo investimento em activos fixos.

#### Rotação do Activo Fixo (Vendas/Activo Fixo)

	Valores em POC	Valores em IFRS	Variação	Activo em IFRS
Valores da amostra	0,68	0,65	-0,03	0,66
Média dos Rácios das Entidades	1,51	1,38	-0,13	1,39

Tabela 6

Fonte: Elaboração Própria

Em termos de valores totais da amostra apresentados na tabela 6, a rotação do activo fixo variou desfavoravelmente após a adopção das normas internacionais, passando de 0,68 para 0,65. Isolando os ajustamentos efectuados nos activos não correntes, esta variação foi de apenas 0,02.

A média dos rácios das entidades variou mais acentuadamente ao decrescer de 1,51 para 1,38 ou 1,39 dependendo se forem considerados todos os ajustamentos ou apenas os efectuados ao nível dos activos não correntes.

### Comportamento da Rotação Activo Fixo

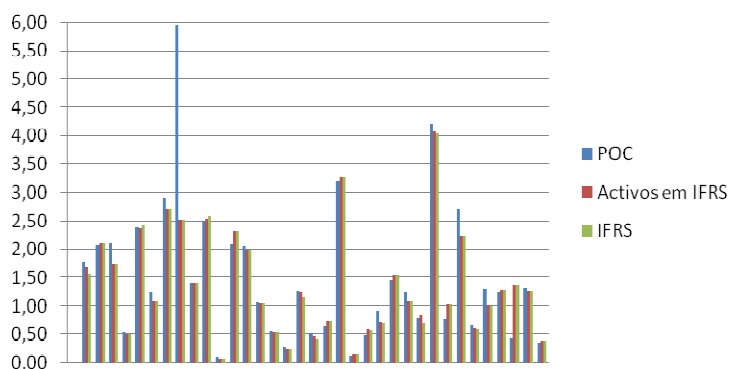


Gráfico 22

Fonte: Elaboração Própria

A maioria das entidades que compõem a amostra apresentava valores mais favoráveis para este rácio em POC (vide gráfico 22). A empresa que se destaca é a Fisipe que, de acordo com as normas nacionais tinha uma rotação dos activos fixos de 5,95 e passou a ter de 2,51, quer se considerem a totalidade dos ajustamentos ou apenas os que afectaram as rubricas dos activos fixos.

#### 4.6.4 Endividamento

Este indicador mede o recurso a capitais alheios, neste caso para financiamento dos activos não correntes. Quanto menor for este rácio, menor é o grau de dependência das empresas. Na tabela 7 pode observar-se o impacto da adopção das IAS/IFRS neste rácio.

## Endividamento (Passivo/Activo Fixo)

	Valores em POC	Valores em IFRS	Varição	Activo em IFRS
Valores da amostra	0,95	0,98	0,03	0,92
Média dos Rácios das Entidades	1,28	1,24	-0,03	1,20

Tabela 7

Fonte: Elaboração Própria

Feita a análise ao somatório dos valores das entidades em estudo, verifica-se um aumento de recurso a capitais alheios para financiar activos fixos, se atendermos aos ajustamentos na sua totalidade. No entanto, se isolarmos o efeito dos impactos ocorridos ao nível dos activos não correntes, constata-se que este indicador sofre um desagravamento de 0,95 para 0,92. Este facto leva-nos a concluir que apesar de na sua globalidade, a adopção das normas IAS/IFRS ter sido um factor de agravamento deste rácio, os ajustamentos efectuados nos activos fixos contribuíram para a sua melhoria.

Com as contas elaboradas em POC, em média as empresas apresentavam um endividamento de 1,28 que decresceu para 1,24 aquando da adopção do normativo internacional e seria de 1,20 se os ajustamentos tivessem sido apenas ao nível dos activos não correntes. O gráfico 23 mostra o comportamento deste rácio em termos individuais.

## Comportamento do Endividamento

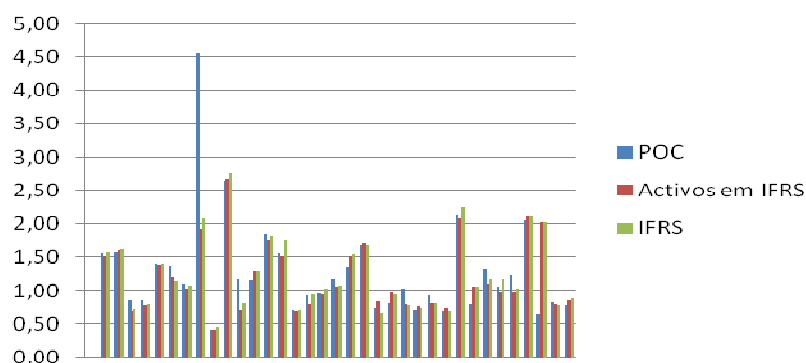


Gráfico 23

Fonte: Elaboração Própria



Conforme se pode verificar, há um acentuado decréscimo deste indicador num caso em particular e que tem grande influência na média. Trata-se da redução verificada na empresa Fisipe. Para além deste, existem diversos outros casos em que se verificaram variações favoráveis deste rácio.

#### 4.6.5 Coeficiente de Financiamento do Activo Fixo

Este é um indicador que evidencia a forma como estão financiados os activos não correntes das entidades. Para valores superiores 100%, estão totalmente financiados por capitais fixos. A tabela 8 evidencia a forma como este rácio foi afectado pela adopção do normativo internacional.

##### Coeficiente de Financiamento do Activo Fixo (Activo Fixo/CP+Passivo Fixo)

	Valores em POC	Valores em IFRS	Variação	Activo em IFRS
Valores da amostra	109,35%	108,20%	-1,15%	112,25%
Média dos Rácios das Entidades	95,42%	114,37%	18,95%	82,64%

Tabela 8

Fonte: Elaboração Própria

Atendendo aos valores totais da amostra, este rácio passou de 109,35% para 108,20% e 112,25% dependendo se a análise teve em conta os ajustamentos totais ou só os ocorridos nos activos não correntes. Assim, a adopção das IAS/IFRS influenciou negativamente este rácio, no entanto se limitarmos o estudo apenas aos impactos ocorridos nos activos não correntes, verificamos uma variação positiva deste indicador.

Em média, antes da aplicação do normativo internacional, as entidades apresentavam um coeficiente de financiamento do activo de 95,42% que variou favoravelmente para 114,37%, e desfavoravelmente para 82,64%, se restringirmos a análise aos impactos nos activos não correntes. O gráfico 24 evidencia as alterações ocorridas neste indicador para cada uma das empresas em estudo.

## Comportamento do Financiamento do Activo Fixo

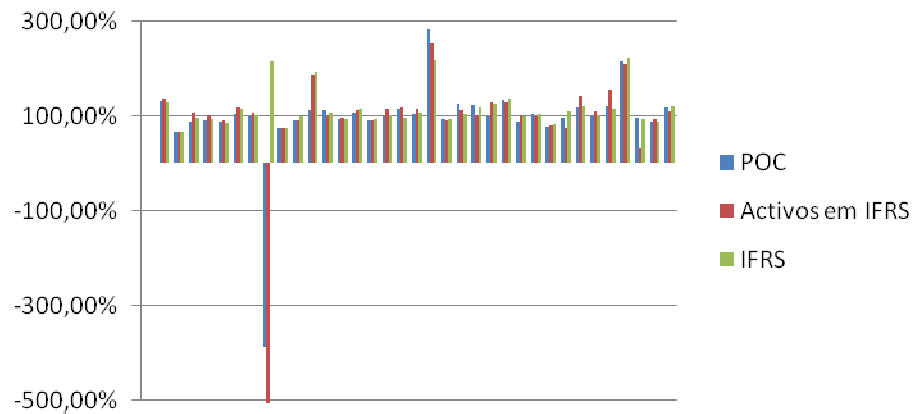


Gráfico 24

Fonte: Elaboração Própria

Mais uma vez, a Fisipe teve um influência significativa na medi, uma vez que apresenta, em POC, um financiamento do activo de -388,14% e em IFRS de 213,44%, limitando o estudo aos ajustamentos efectuados no activo não corrente, esta entidade tem - 918,45% dos seus activos fixos financiados por capitais permanentes.

## 5 Conclusão e Trabalhos Futuros

Com esta dissertação procurou-se identificar e quantificar, sempre que possível, os impactos, nos activos não correntes, decorrentes da aplicação das normas IAS/IFRS às contas consolidadas das entidades não financeiras com valores admitidos à cotação na Euronext Lisbon.

Antes de iniciar o caso de estudo fez-se, no ponto 2, uma análise prévia das normas que poderiam afectar os activos não correntes e enumeraram-se alguns ajustamentos que seriam expectáveis após a adopção de cada uma delas. É portanto importante determinar se as expectativas se concretizaram e definir quais foram os reais impactos ocorridos nas rubricas estudadas.

Relativamente à IAS 1, previamente foi dito que o facto de o IASB não estabelecer com exactidão quais as rubricas a figurar no balanço, limitando-se a apresentar conceitos de activo corrente e não corrente poderia originar reclassificações entre estas duas rubricas, o que acabou por acontecer também porque esta norma define conteúdos mínimos que não estavam contemplados no POC, como por exemplo as propriedades de investimento, os activos biológicos e os activos disponíveis para venda. Assim, esta norma teve impacto negativo na rubrica dos activos fixos tangíveis que foram reclassificados, por exemplo, para propriedades de investimento, o que provocou um incremento desta conta, não afectando o valor global dos activos não correntes. Para além disso, da análise efectuada destaca-se também o acréscimo da conta de activos biológicos que terá sido influenciado por reclassificações. Também a rubrica de activos disponíveis para venda foi afectada dado que algumas entidades só a passaram a utilizar após a adopção das normas internacionais.

Da aplicação da IAS 12 não se esperava que ocorressem grandes ajustamentos uma vez que a DC 28 trata o assunto dos impostos diferidos de uma forma muito semelhante à da norma internacional. Observando a rubrica de impostos diferidos pode parecer que a expectativa não se concretizou; no entanto, as variações ocorridas resultaram da aplicação da norma a valores que foram ajustados por força da adopção das outras normas do IASB, isto é, se fosse utilizado, neste caso em particular, o normativo nacional, ter-se-iam verificado as mesmas alterações.

Com a aplicação da IAS 16 perspectivou-se que, pelo facto de a norma, ao contrário do POC determinar que se capitalize uma estimativa das despesas de desmontagem e recuperação do espaço, os activos pudessem vir a aumentar o que de facto ocorreu em algumas entidades, como por exemplo na Portugal Telecom, SGPS. Esta norma também teve impacto nos activos fixos tangíveis na medida em que foram desreconhecidos os que, segundo a norma, não cumpriam os critérios de reconhecimento. Foram também feitos ajustamentos decorrentes das alterações dos critérios de amortização uma vez que, conforme tinha sido referido no ponto 3.1.4, o normativo internacional determina que deve ser anualmente avaliada a vida útil dos bens para efeitos de depreciação.

A IAS 17 teve impacto positivo nas rubricas em estudo na medida em que, por aplicação desta norma, em aplicações de *sale and lease back* foram reconhecidos activos que não figuravam no imobilizado quando as contas eram elaboradas em base POC.

Pela análise das diferenças existentes entre a IAS 20 e o normativo nacional, perspectivou-se que o valor dos activos poderia reduzir, uma vez que a norma internacional permite que ao invés de contabilizar os subsídios em proveitos diferidos estes reduzam o valor dos activos. Isso veio a verificar-se nos activos fixos intangíveis e nos outros activos não correntes.

A IAS 23 admite como tratamento de referência o reconhecimento dos custos com empréstimos obtidos como custos do período ao contrário do POC, que permite a escolha da política a seguir. No ponto 3.1.7 previu-se a possibilidade deste facto acarretar uma diminuição dos activos, o que se veio a verificar na rubrica de activos fixos tangíveis.

A aplicação da IAS 27 teve comprovadamente impactos ao nível dos outros activos fixos intangíveis, das outras contas a receber e dos activos por impostos diferidos. É de salientar o facto de que nem sempre é possível, pela análise das contas das entidades, quantificar os efeitos provocados pela alteração dos perímetros de consolidação. Assim, a adopção desta norma constituiu a principal limitação ao estudo realizado, pois ao não isolar os ajustamentos decorrentes da inclusão ou exclusão de entidades nas contas consolidadas, compromete-se a análise efectuada. Esta limitação assume maior importância se considerarmos que estamos a analisar apenas contas consolidadas e que a maioria das entidades objecto de estudo são SGPS, conforme foi referido no ponto 4.2 deste trabalho, cuja principal actividade é a gestão e comercialização de participações sociais.

A adopção da IAS 28 ocasionou ajustamentos na rubrica de investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos. Os impactos ocorreram essencialmente porque existiam entidades que, conforme permitido pelo POC, contabilizavam estas participação pelo método do custo, o que não é permitido pelo normativo internacional. Para além disso, e conforme o perspectivado no ponto 3.1.8, esta rubrica sofreu um acréscimo decorrente da imputação de valores de *goodwill* positivo ao investimento, que estavam reconhecidos em rubrica separada.

Da aplicação da IAS 36 decorreu uma redução dos activos fixos tangíveis, uma vez que foram registadas perdas por imparidade aos activos que indiciavam estar sobrevalorizados. As entidades estudadas sujeita a *goodwill* a testes de imparidade, no entanto, não é visível que daí tivessem advindo impactos significativos.

Os ajustamentos negativos efectuados na rubrica dos outros activos fixos intangíveis ocorreram claramente pela aplicação da IAS 38 que não permite a capitalização das despesas de constituição nem de investigação. Para além disso é muito restrita, no que toca ao reconhecimento nos activos não correntes, das despesas de desenvolvimento. Assim, tal como se tinha admitido ser possível no ponto 3.1.13, foram desreconhecidos activos pela aplicação desta norma.

A aplicação da IAS 39 implicou um aumento da rubrica de outros investimentos pelo facto das entidades terem passado a valorizar os investimentos detidos até à maturidade pelo custo amortizado ao invés do custo ou valor de mercado se inferior, conforme era exigido pela normalização nacional. Na rubrica de activos disponíveis para venda, teve o mesmo efeito, uma vez que eles estavam valorizados ao menor preço, de custo ou de mercado e passaram a estar contabilizados a preço de mercado.

A aplicação da IAS 40 revelou-se um factor de acréscimo de valor das propriedades de investimento. As entidades, ao adoptar o justo valor como critério de valorização subsequente provocaram um aumento no valor dos seus activos.

A adopção da IAS 41 teve um efeito negativo na rubrica activos biológicos pela aplicação do critério de justo valor à mensuração dos activos em detrimento do custo de aquisição que era usado em POC.

Conforme permitido pela IFRS 1, algumas entidades optaram por não aplicar algumas normas retrospectivamente o que, de alguma forma, aligeirou os impactos. Foi o que

aconteceu no que respeita, por exemplo, ao *goodwill* que, para aquisições anteriores a 2004, optou-se na maioria dos casos por manter o seu valor líquido.

A adopção da IFRS 3 resultou num aumento da rubrica de *goodwill* uma vez que exige que ele seja mantido no activo e existiam entidades que não o tinham reconhecido.

A IAS 21, apesar de inicialmente não se ter previsto que pudesse ter impactos ao nível dos activos não correntes, revelou-se uma fonte importante de ajustamentos em rubricas como o *goodwill* e nos investimentos em associadas.

Após estas considerações, não poderia deixar de ser referido que a adopção do justo valor como critério valorimétrico foi um factor importante de ajustamentos. O normativo português é praticamente omissivo quanto a esta matéria e pode dizer-se que, salvo raras excepções, os activos não correntes eram valorizados a custo de aquisição amortizado. Exceptuam-se os activos reavaliados e os que, segundo o POC devem estar reconhecidos ao preço mais baixo, de aquisição ou de mercado. Pode então concluir-se que este foi um factor determinante que ocasionou impactos significativos.

Este trabalho foi esclarecedor no sentido em que se ficou a perceber em que medida foram afectados os activos não correntes pela adopção das normas do IASB. No entanto, conforme já referido, o facto de não se conseguirem expurgar os efeitos decorrentes das alterações dos perímetros de consolidação condicionaram o estudo e poderá, eventualmente ter enviesado os resultados.

Seria pertinente no futuro fazer uma investigação, dirigindo pedidos específicos às entidades no sentido de tentar obter a informação sobre os impactos exactos da adopção da IAS 27. Na posse desta informação, o estudo dos impactos das restantes normas seria mais fidedigno.

## 6 Bibliografia

### Livros e Revistas:

**Comissão Europeia**, 1995, “*Uma nova estratégia relativamente à harmonização internacional.*”

**Lourenço**, Isabel Costa, et **Morais**, Ana Isabel, 2005, *Aplicação das Normas do IASB em Portugal*, Lisboa, Publisher Team

**Richardson**, Roberto Jarry, 1999, *Pesquisa Social: Métodos e Técnicas*, São Paulo, e. ed, Atlas

### Páginas de Internet:

[http://ec.europa.eu/internal\\_market/accounting/committees\\_en.htm](http://ec.europa.eu/internal_market/accounting/committees_en.htm)

<http://eur-lex.europa.eu>, consultados várias vezes a última em 05/05/2008.

<http://www.egp.up.pt/content.php?m1=3&m2=32&m3=93>, consultado em 02/06/2008

<http://www.gesbanha.pt/contab/contintt.htm#ha>, consultado em 20/06/2008

<http://www.iasb.org/Home.htm>, consultados várias vezes, a última em 26/06/2008.

<http://www.apotec.pt/gca/?id=382>, consultado em 20/05/2008.

[www.cmvm.pt](http://www.cmvm.pt), consultados várias vezes, a última em 23/02/2009.

[www.cnc.min-financas.pt](http://www.cnc.min-financas.pt), consultados várias vezes, a última em 10/10/2008.

[www.ctoc.pt](http://www.ctoc.pt), consultados várias vezes, a última em 26/07/2008.

[www.efrag.org](http://www.efrag.org), consultados várias vezes, a última em 07/06/2008.

[www.oroc.pt](http://www.oroc.pt), consultados várias vezes, a última em 12/06/2008.

[www.paginasamarelas.pt](http://www.paginasamarelas.pt), consultado várias vezes, a última em 12/11/2008

### Normativos:

Comunidade Europeia, Directiva n.º 2001/65/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de Setembro de 2001.

Comunidade Europeia, Quarta Directiva, Directiva 78/660/CEE do Conselho, de 25 de Julho de 1978.

Comunidade Europeia, IAS 1, publicada no Jornal Oficial da UE, de 31/12/2004.

Comunidade Europeia, IAS 8, publicada no Jornal Oficial da UE, de 31/12/2004.

Comunidade Europeia, IAS 12, publicada no Jornal Oficial da UE, de 13/10/2003.

Comunidade Europeia, IAS 16, publicada no Jornal Oficial da UE, de 31/12/2004.

Comunidade Europeia, IAS 17, publicada no Jornal Oficial da UE, de 31/12/2004.

Comunidade Europeia, IAS 20, publicada no Jornal Oficial da UE, de 13/10/2003.

Comunidade Europeia, IAS 23, publicada no Jornal Oficial da UE, de 13/10/2003.

Comunidade Europeia, IAS 27, publicada no Jornal Oficial da UE, de 31/12/2004.

Comunidade Europeia, IAS 28, publicada no Jornal Oficial da UE, de 31/12/2004.

Comunidade Europeia, IAS 31, publicada no Jornal Oficial da UE, de 31/12/2004.

Comunidade Europeia, IAS 32, publicada no Jornal Oficial da UE, de 31/12/2004.

Comunidade Europeia, IAS 36, publicada no Jornal Oficial da UE, de 31/12/2004.

Comunidade Europeia, IAS 38, publicada no Jornal Oficial da UE, de 31/12/2004.

Comunidade Europeia, IAS 39, publicada no Jornal Oficial da UE, de 09/12/2004.

Comunidade Europeia, IAS 40, publicada no Jornal Oficial da UE, de 31/12/2004.

Comunidade Europeia, IAS 41, publicada no Jornal Oficial da UE, de 13/10/2003.

Comunidade Europeia, IFRS 1, publicada no Jornal Oficial da UE, de 17/04/2004.

Comunidade Europeia, IFRS 3, publicada no Jornal Oficial da UE, de 31/12/2004.

Comunidade Europeia, IFRS 5, publicada no Jornal Oficial da UE, de 31/12/2004.

Comunidade Europeia, Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, relativo à aplicação das normas internacionais de contabilidade.

Comunidade Europeia, Regulamento (CE) n.º 1725/2003, da Comissão, de 21 de Setembro de 2003, que adopta certas normas internacionais de contabilidade, nos termos de Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho.

Comunidade Europeia, Sétima Directiva, Directiva 83/349/CEE, do Conselho, de 13 de Junho de 1983.

Portugal, DC n.º 1, publicada no Diário da República – II Série, n.º 13, de 16/01/1992.

Portugal, DC n.º 7, publicada no Diário da República – II Série, n.º 75, suplemento, de 30/03/1993.



Portugal, DC n.º 8, publicada no Diário da República – II Série, n.º 75, suplemento, de 30/03/1993.

Portugal, DC n.º 9, publicada no Diário da República – II Série, n.º 75, suplemento, de 30/03/1993.

Portugal, DC n.º 16, publicada no Diário da República – II Série, n.º 104, de 05/05/1995.

Portugal, DC n.º 17, publicada no Diário da República – II Série, n.º 236, de 11/10/1997.

Portugal, DC n.º 24, publicada no Diário da República – II Série, n.º 109, de 11/05/2000.

Portugal, DC n.º 25, publicada no Diário da República – II Série, n.º 109, de 11/05/2000.

Portugal, DC n.º 28, publicada no Diário da República – II Série, n.º 8, de 10/01/2003.

Portugal, DL n.º 410/89 de 21 de Novembro – Plano Oficial de Contabilidade, Diário da República Iª Série n.º 268 – Suplemento.

## Anexo 1 – Classificação Portuguesa das Actividades Económicas

Secção	Divisão
A - Agricultura, Produção animal, Caça e Silvicultura	01
	02
B - Pesca	05
C – Indústrias Extractivas	11
	12
	13
	14
	15
D – Indústrias Transformadoras	16
	17
	18
	19
	20
	21
	22
	23
	24
	25
	26
	27
	28
	29
	30
	31
	32
	33
	34
	35
	36
	37
E – Produção e Distribuição de Electricidade, Gás e Água	40
	41
F – Construção	45
G – Comércio por grosso e a retalho; Reparação de Veículos Automóveis, Motociclos e de Bens de Uso Pessoal e Doméstico	50
	51
	52
H – Alojamento e Restauração	55
I – Transportes, Armazenagem e Comunicações	60
	61
	62
	63
	64
J – Actividades Financeiras	65
	66
	67
K – Actividades Imobiliárias, Alugueres e Serviços Prestados às Empresas	70
	71
	72
	73
L – Administração Pública, Defesa e Segurança Social Obrigatória	74
	75

M – Educação	80
N – Saúde e Acção Social	85
O – Outras Actividades de Serviços Colectivos, Sociais e Pessoais	90
	91
	92
	93
	95
P – Actividades das Famílias	96
	97

## Anexo 2 – Impacto no Total dos Activos

Empresa	POC	IFRS	Impacto	Imp. %
SAG Gest – Sol. Automóvel Globais, SGPS, SA	708.042	753.180	45.138	6,38%
Corticeira Amorim - SGPS, SA	538.392	533.136	-5.256	-0,98%
Sumolis - Comp. Ind. de Frutas e Bebidas, SA	139.376	152.664	13.288	9,53%
Cimpor - Cimentos de Portugal, SGPS, SA	3.174.481	3.411.467	236.986	7,47%
CIN - Corporação Industrial do Norte, SA	168.313	172.077	3.763	2,24%
Cofina, SGPS, SA	358.674	362.527	3.853	1,07%
Companhia Ind. Resinas Sintéticas - Cires, SA	104.785	108.010	3.225	3,08%
Fisipe - Fibras Sintéticas de Portugal, SA	52.696	71.785	19.090	36,23%
Gescartão - SGPS, SA	221.144	219.582	-1.563	-0,71%
Grupo Soares da Costa, SGPS, SA	763.519	739.892	-23.627	-3,09%
Imobiliária Construtora Grão Pará, SA	104.333	149.914	45.582	43,69%
Inapa – Inv., Participações e Gestão, SA	714.850	693.715	-21.135	-2,96%
Mota-Engil, SGPS, SA	1.297.160	1.336.939	39.779	3,07%
Papelaria Fernandes - Indústria e Comércio, SA	66.903	71.895	4.992	7,46%
Portucel – Emp. Produtora de Pasta e Papel, SA	2.326.206	2.296.788	-29.418	-1,26%
Semapa – Soc. Investimento e Gestão, SGPS, SA	3.349.039	3.837.115	488.077	14,57%
Sonae Indústria, SGPS, SA	1.643.401	1.787.155	143.754	8,75%
Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, SA	1.870.242	1.983.419	113.177	6,05%
VAA - Vista Alegre Atlantis, SGPS, SA	198.325	206.782	8.457	4,26%
Salvador Caetano - Ind. Metal.Veíc. Transp.,SA	386.448	377.391	-9.057	-2,34%
Brisa - Auto Estradas de Portugal, SA	4.664.304	4.100.563	-563.741	-12,09%
Estoril Sol - SGPS, SA	402.928	356.679	-46.249	-11,48%
Grupo Media Capital SGPS, SA	342.541	343.238	697	0,20%
Ibersol - SGPS, SA	115.622	110.855	-4.767	-4,12%
Impresa - SGPS, SA	319.400	327.045	7.645	2,39%
PT Multimédia – Serv. Telec. Multim. - SGPS, S.A	1.145.708	1.118.983	-26.725	-2,33%
Sociedade Comercial Orey Antunes, SA	34.568	36.665	2.098	6,07%
Tertir - Terminais de Portugal, SA	227.596	175.417	-52.178	-22,93%
Modelo Continente - SGPS, SA	2.222.893	2.531.094	308.201	13,86%
Portugal Telecom, SGPS, SA	12.963.409	13.928.688	965.279	7,45%
Sonae - SGPS, SA	7.555.295	8.597.591	1.042.296	13,80%
Compta – Equip. e Serviços de Informática, SA	32.331	31.791	-541	-1,67%
Reditus - SGPS, SA	61.861	31.253	-30.608	-49,48%
Pararede - SGPS, SA	56.931	58.049	1.119	1,96%
EDP - Energias de Portugal, SA	22.589.321	20.900.976	-1.688.345	-7,47%
	<b>70.921.037</b>	<b>71.914.320</b>	<b>993.283</b>	<b>1,40%</b>

### Anexo 3 – Impacto da Adopção das IAS/IFRS nos Activos não Correntes

Empresa	POC	IFRS	Impacto	Imp. %
SAG Gest - Sol. Automóvel Globais, SGPS, SA	407.972	422.216	14.244	3,49%
Corticeira Amorim - SGPS, SA	207.219	203.311	-3.908	-1,89%
Sumolis - Comp. Ind.de Frutas e Bebidas, SA	80.328	97.047	16.719	20,81%
Cimpor - Cimentos de Portugal, SGPS, SA	2.485.418	2.725.472	240.054	9,66%
CIN - Corporação Industrial do Norte, SA	73.931	74.707	776	1,05%
Cofina, SGPS, SA	196.432	225.532	29.100	14,81%
Companhia Ind. Resinas Sintéticas - Cires, SA	55.733	59.894	4.161	7,47%
Fisipe - Fibras Sintéticas de Portugal, SA	13.972	33.062	19.090	136,63%
Gescartão - SGPS, SA	127.248	126.503	-745	-0,59%
Grupo Soares da Costa, SGPS, SA	229.639	226.436	-3.204	-1,40%
Imobiliária Construtora Grão Pará, SA	74.034	121.065	47.032	63,53%
Inapa - Investimentos, Particip. e Gestão, SA	511.088	461.749	-49.339	-9,65%
Mota-Engil, SGPS, SA	566.651	592.031	25.380	4,48%
Papelaria Fernandes - Indústria e Comércio, SA	38.443	39.594	1.151	2,99%
Portucel - Empresa Prod. Pasta e Papel, SA	1.775.752	1.797.735	21.983	1,24%
Semapa - Soc. Investimento e Gestão, SGPS, SA	2.630.654	3.099.065	468.411	17,81%
Sonae Indústria, SGPS, SA	1.245.265	1.270.295	25.030	2,01%
Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, SA	1.360.455	1.497.894	137.439	10,10%
VAA - Vista Alegre Atlantis, SGPS, SA	143.656	128.060	-15.596	-10,86%
Salvador Caetano - Ind.Metal.Veículos Transp.,SA	157.164	153.234	-3.930	-2,50%
Brisa - Auto Estradas de Portugal, SA	4.366.939	3.883.276	-483.663	-11,08%
Estoril Sol - SGPS, SA	374.257	309.783	-64.474	-17,23%
Grupo Media Capital SGPS, SA	226.105	295.492	69.387	30,69%
Ibersol - SGPS, SA	95.309	90.542	-4.767	-5,00%
Impresa - SGPS, SA	206.288	236.366	30.078	14,58%
PT Multimédia - Serv.Telec. Multimédia, SGPS, S.A	912.111	856.130	-55.981	-6,14%
Sociedade Comercial Orey Antunes, SA	12.599	12.976	377	2,99%
Tertir - Terminais de Portugal, SA	153.599	116.057	-37.542	-24,44%
Modelo Continente - SGPS, SA	1.332.715	1.612.809	280.094	21,02%
Portugal Telecom, SGPS, SA	9.054.277	9.955.827	901.550	9,96%
Sonae - SGPS, SA	5.136.975	6.545.453	1.408.478	27,42%
Compta - Equip. e Serviços de Inf., SA	19.344	18.803	-541	-2,79%
Reditus - SGPS, SA	43.302	13.917	-29.385	-67,86%
Pararede - SGPS, SA	28.918	30.037	1.119	3,87%
EDP - Energias de Portugal, SA	19.667.622	18.108.292	-1.559.330	-7,93%
	<b>54.011.414</b>	<b>55.440.662</b>	<b>1.429.247</b>	<b>2,65%</b>

#### Anexo 4 – Variação na Rubrica “Activos Fixos Tangíveis”

Empresa	Variação nos Activos Fixos Tangíveis
SAG Gest - Sol. Automóvel Globais, SGPS, SA	27.307
Corticeira Amorim - SGPS, SA	15.027
Sumolis - Comp. Ind.de Frutas e Bebidas, SA	15.343
Cimpor - Cimentos de Portugal, SGPS, SA	239.212
CIN - Corporação Industrial do Norte, SA	437
Cofina, SGPS, SA	-1.387
Companhia Ind. Resinas Sintéticas - Cires, SA	2.707
Fisipe - Fibras Sintéticas de Portugal, SA	18.497
Gescartão - SGPS, SA	-638
Grupo Soares da Costa, SGPS, SA	45.357
Imobiliária Construtora Grão Pará, SA	47.130
Inapa - Investimentos, Particip. e Gestão, SA	3.325
Mota-Engil, SGPS, SA	5.482
Papelaria Fernandes - Indústria e Comércio, SA	14.557
Portucel - Empresa Prod. Pasta e Papel, SA	-17.229
Semapa - Soc. Investimento e Gestão, SGPS, SA	695.643
Sonae Indústria, SGPS, SA	-3.412
Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, SA	11.602
VAA - Vista Alegre Atlantis, SGPS, SA	-12.885
Salvador Caetano - Ind. Metal. Veículos Transp., SA	-1.351
Brisa - Auto Estradas de Portugal, SA	-722.172
Estoril Sol - SGPS, SA	-13.647
Grupo Media Capital SGPS, SA	0
Ibersol - SGPS, SA	-3.281
Impresa - SGPS, SA	-11.782
PT Multimédia - Serv. Telec. Multimédia, SGPS, S.A	-29.821
Sociedade Comercial Orey Antunes, SA	342
Tertir - Terminais de Portugal, SA	5.740
Modelo Continente - SGPS, SA	-84.304
Portugal Telecom, SGPS, SA	-126.589
Sonae - SGPS, SA	-1.275.339
Compta - Equipamento e Serviços de Informática, SA	0
Reditus - SGPS, SA	0
Pararede - SGPS, SA	0
EDP - Energias de Portugal, SA	-1.002.224
<b>Total</b>	<b>-2.158.353</b>

## Anexo 5 – Variação na Rubrica “Propriedades de Investimento

Empresa	Variação nas Prop. de Investimento
SAG Gest - Sol. Automóvel Globais, SGPS, SA	0
Corticeira Amorim - SGPS, SA	0
Sumolis - Comp. Ind.de Frutas e Bebidas, SA	0
Cimpor - Cimentos de Portugal, SGPS, SA	0
CIN - Corporação Industrial do Norte, SA	0
Cofina, SGPS, SA	0
Companhia Ind. Resinas Sintéticas - Cires, SA	0
Fisipe - Fibras Sintéticas de Portugal, SA	0
Gescartão - SGPS, SA	0
Grupo Soares da Costa, SGPS, SA	0
Imobiliária Construtora Grão Pará, SA	0
Inapa - Investimentos, Particip. e Gestão, SA	0
Mota-Engil, SGPS, SA	-700
Papelaria Fernandes - Indústria e Comércio, SA	0
Portucel - Empresa Prod. Pasta e Papel, SA	0
Semapa - Soc. Investimento e Gestão, SGPS, SA	0
Sonae Indústria, SGPS, SA	0
Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, SA	72.376
VAA - Vista Alegre Atlantis, SGPS, SA	0
Salvador Caetano - Ind. Metal. Veículos Transp., SA	0
Brisa - Auto Estradas de Portugal, SA	0
Estoril Sol - SGPS, SA	-35.745
Grupo Media Capital SGPS, SA	0
Ibersol - SGPS, SA	0
Impresa - SGPS, SA	0
PT Multimédia - Serv. Telec. Multimédia, SGPS, S.A	0
Sociedade Comercial Orey Antunes, SA	0
Tertir - Terminais de Portugal, SA	0
Modelo Continente - SGPS, SA	0
Portugal Telecom, SGPS, SA	0
Sonae - SGPS, SA	2.204.846
Compta - Equipamento e Serviços de Informática, SA	0
Reditus - SGPS, SA	0
Pararede - SGPS, SA	0
EDP - Energias de Portugal, SA	0
<b>Total</b>	<b>2.240.777</b>

## Anexo 6 – Variação na Rubrica “Activos Biológicos”

Empresa	Variação nos Activos Biológicos
SAG Gest - Sol. Automóvel Globais, SGPS, SA	0
Corticeira Amorim - SGPS, SA	0
Sumolis - Comp. Ind.de Frutas e Bebidas, SA	0
Cimpor - Cimentos de Portugal, SGPS, SA	0
CIN - Corporação Industrial do Norte, SA	0
Cofina, SGPS, SA	19.888
Companhia Ind. Resinas Sintéticas - Cires, SA	0
Fisipe - Fibras Sintéticas de Portugal, SA	0
Gescartão - SGPS, SA	0
Grupo Soares da Costa, SGPS, SA	0
Imobiliária Construtora Grão Pará, SA	0
Inapa - Investimentos, Particip. e Gestão, SA	0
Mota-Engil, SGPS, SA	0
Papelaria Fernandes - Indústria e Comércio, SA	0
Portucel - Empresa Prod. Pasta e Papel, SA	15.430
Semapa - Soc. Investimento e Gestão, SGPS, SA	15.430
Sonae Indústria, SGPS, SA	0
Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, SA	0
VAA - Vista Alegre Atlantis, SGPS, SA	0
Salvador Caetano - Ind. Metal. Veículos Transp., SA	0
Brisa - Auto Estradas de Portugal, SA	0
Estoril Sol - SGPS, SA	0
Grupo Media Capital SGPS, SA	0
Ibersol - SGPS, SA	0
Impresa - SGPS, SA	0
PT Multimédia - Serv. Telecom. Multimédia, SGPS, S.A	0
Sociedade Comercial Orey Antunes, SA	0
Tertir - Terminais de Portugal, SA	0
Modelo Continente - SGPS, SA	0
Portugal Telecom, SGPS, SA	0
Sonae - SGPS, SA	0
Compta - Equipamento e Serviços de Informática, SA	0
Reditus - SGPS, SA	0
Pararede - SGPS, SA	0
EDP - Energias de Portugal, SA	0
<b>Total</b>	<b>50.749</b>



## Anexo 7 – Variação na Rubrica “Goodwill”

Empresa	Variação no Goodwill
SAG Gest - Sol. Automóvel Globais, SGPS, SA	0
Corticeira Amorim - SGPS, SA	-15.913
Sumolis - Comp. Ind.de Frutas e Bebidas, SA	-518
Cimpor - Cimentos de Portugal, SGPS, SA	39.622
CIN - Corporação Industrial do Norte, SA	1.312
Cofina, SGPS, SA	5.060
Companhia Ind. Resinas Sintéticas - Cires, SA	0
Fisipe - Fibras Sintéticas de Portugal, SA	0
Gescartão - SGPS, SA	120
Grupo Soares da Costa, SGPS, SA	-56.340
Imobiliária Construtora Grão Pará, SA	0
Inapa - Investimentos, Particip. e Gestão, SA	4.048
Mota-Engil, SGPS, SA	6.838
Papelaria Fernandes - Indústria e Comércio, SA	-7.826
Portucel - Empresa Prod. Pasta e Papel, SA	17.125
Semapa - Soc. Investimento e Gestão, SGPS, SA	-307.379
Sonae Indústria, SGPS, SA	45.270
Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, SA	0
VAA - Vista Alegre Atlantis, SGPS, SA	0
Salvador Caetano - Ind. Metal. Veículos Transp., SA	-1.584
Brisa - Auto Estradas de Portugal, SA	-42.243
Estoril Sol - SGPS, SA	-5.440
Grupo Media Capital SGPS, SA	12.019
Ibersol - SGPS, SA	-594
Impresa - SGPS, SA	10.350
PT Multimédia - Serv. Telecom. Multimédia, SGPS, S.A	0
Sociedade Comercial Orey Antunes, SA	0
Tertir - Terminais de Portugal, SA	-44.632
Modelo Continente - SGPS, SA	265.294
Portugal Telecom, SGPS, SA	0
Sonae - SGPS, SA	453.242
Compta - Equipamento e Serviços de Informática, SA	0
Reditus - SGPS, SA	0
Pararede - SGPS, SA	-17.487
EDP - Energias de Portugal, SA	0
<b>Total</b>	<b>360.343</b>

## Anexo 8 – Variação na Rubrica “Outros Activos Fixos Intangíveis”

Empresa	Variação nos Outros Activos fixos Intangíveis
SAG Gest - Sol. Automóvel Globais, SGPS, SA	54.772
Corticeira Amorim - SGPS, SA	-3.989
Sumolis - Comp. Ind.de Frutas e Bebidas, SA	187
Cimpor - Cimentos de Portugal, SGPS, SA	-4.078
CIN - Corporação Industrial do Norte, SA	-831
Cofina, SGPS, SA	709
Companhia Ind. Resinas Sintéticas - Cires, SA	-1.096
Fisipe - Fibras Sintéticas de Portugal, SA	-982
Gescartão - SGPS, SA	-353
Grupo Soares da Costa, SGPS, SA	-264
Imobiliária Construtora Grão Pará, SA	-50
Inapa - Investimentos, Particip. e Gestão, SA	-30.492
Mota-Engil, SGPS, SA	-7.427
Papelaria Fernandes - Indústria e Comércio, SA	-5.612
Portucel - Empresa Prod. Pasta e Papel, SA	-12.087
Semapa - Soc. Investimento e Gestão, SGPS, SA	106.069
Sonae Indústria, SGPS, SA	-18.168
Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, SA	670
VAA - Vista Alegre Atlantis, SGPS, SA	2.348
Salvador Caetano - Ind. Metal. Veículos Transp., SA	-178
Brisa - Auto Estradas de Portugal, SA	73.753
Estoril Sol - SGPS, SA	-10.039
Grupo Media Capital SGPS, SA	-11.951
Ibersol - SGPS, SA	-892
Impresa - SGPS, SA	-1.097
PT Multimédia - Serv. Telecom. Multimédia, SGPS, S.A	-31.475
Sociedade Comercial Orey Antunes, SA	30
Tertir - Terminais de Portugal, SA	1.350
Modelo Continente - SGPS, SA	31.489
Portugal Telecom, SGPS, SA	32.071
Sonae - SGPS, SA	27.167
Compta - Equipamento e Serviços de Informática, SA	-541
Reditus - SGPS, SA	-33.807
Pararede - SGPS, SA	18.606
EDP - Energias de Portugal, SA	5.817
<b>Total</b>	<b>179.630</b>

**Anexo 9 – Variação na Rubrica “Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos”**

<b>Empresa</b>	<b>Variação nos Inv. em associadas e Emp. Conjuntos</b>
SAG Gest - Sol. Automóvel Globais, SGPS, SA	-68.811
Corticeira Amorim - SGPS, SA	422
Sumolis - Comp. Ind.de Frutas e Bebidas, SA	-223
Cimpor - Cimentos de Portugal, SGPS, SA	-1.990
CIN - Corporação Industrial do Norte, SA	22
Cofina, SGPS, SA	-60
Companhia Ind. Resinas Sintéticas - Cires, SA	0
Fisipe - Fibras Sintéticas de Portugal, SA	0
Gescartão - SGPS, SA	0
Grupo Soares da Costa, SGPS, SA	0
Imobiliária Construtora Grão Pará, SA	0
Inapa - Investimentos, Particip. e Gestão, SA	-54.783
Mota-Engil, SGPS, SA	0
Papelaria Fernandes - Indústria e Comércio, SA	0
Portucel - Empresa Prod. Pasta e Papel, SA	-2.998
Semapa - Soc. Investimento e Gestão, SGPS, SA	-55.720
Sonae Indústria, SGPS, SA	0
Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, SA	48.696
VAA - Vista Alegre Atlantis, SGPS, SA	0
Salvador Caetano - Ind. Metal. Veículos Transp., SA	0
Brisa - Auto Estradas de Portugal, SA	-11.735
Estoril Sol - SGPS, SA	0
Grupo Media Capital SGPS, SA	-1.664
Ibersol - SGPS, SA	0
Impresa - SGPS, SA	0
PT Multimédia - Serv. Telecom. Multimédia, SGPS, S.A	27.530
Sociedade Comercial Orey Antunes, SA	0
Tertir - Terminais de Portugal, SA	0
Modelo Continente - SGPS, SA	8.354
Portugal Telecom, SGPS, SA	-563
Sonae - SGPS, SA	0
Compta - Equipamento e Serviços de Informática, SA	0
Reditus - SGPS, SA	0
Pararede - SGPS, SA	0
EDP - Energias de Portugal, SA	-114.640
<b>Total</b>	<b>-228.162</b>

## Anexo 10 – Variação na Rubrica “Participações Financeiras pelo MEP”

Empresa	Variação nas Participações financeiras pelo MEP
SAG Gest - Sol. Automóvel Globais, SGPS, SA	0
Corticeira Amorim - SGPS, SA	0
Sumolis - Comp. Ind.de Frutas e Bebidas, SA	0
Cimpor - Cimentos de Portugal, SGPS, SA	0
CIN - Corporação Industrial do Norte, SA	0
Cofina, SGPS, SA	0
Companhia Ind. Resinas Sintéticas - Cires, SA	0
Fisipe - Fibras Sintéticas de Portugal, SA	0
Gescartão - SGPS, SA	0
Grupo Soares da Costa, SGPS, SA	-449
Imobiliária Construtora Grão Pará, SA	0
Inapa - Investimentos, Particip. e Gestão, SA	0
Mota-Engil, SGPS, SA	10.525
Papelaria Fernandes - Indústria e Comércio, SA	0
Portucel - Empresa Prod. Pasta e Papel, SA	0
Semapa - Soc. Investimento e Gestão, SGPS, SA	0
Sonae Indústria, SGPS, SA	0
Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, SA	0
VAA - Vista Alegre Atlantis, SGPS, SA	0
Salvador Caetano - Ind.Metal.Veículos Transp.,SA	0
Brisa - Auto Estradas de Portugal, SA	0
Estoril Sol - SGPS, SA	0
Grupo Media Capital SGPS, SA	0
Ibersol - SGPS, SA	0
Impresa - SGPS, SA	0
PT Multimédia - Serv.Telec. Multim., SGPS, S.A	0
Sociedade Comercial Orey Antunes, SA	0
Tertir - Terminais de Portugal, SA	0
Modelo Continente - SGPS, SA	0
Portugal Telecom, SGPS, SA	0
Sonae - SGPS, SA	0
Compta – Equip. e Serviços de Informática, SA	0
Reditus - SGPS, SA	0
Pararede - SGPS, SA	0
EDP - Energias de Portugal, SA	0
<b>Total</b>	<b>10.076</b>

## Anexo 11 – Variação na Rubrica “Outros Investimentos”

Empresa	Variação em Outros investimentos financeiros
SAG Gest - Sol. Automóvel Globais, SGPS, SA	4
Corticeira Amorim - SGPS, SA	-893
Sumolis - Comp. Ind.de Frutas e Bebidas, SA	0
Cimpor - Cimentos de Portugal, SGPS, SA	-8.580
CIN - Corporação Industrial do Norte, SA	0
Cofina, SGPS, SA	0
Companhia Ind. Resinas Sintéticas - Cires, SA	0
Fisipe - Fibras Sintéticas de Portugal, SA	0
Gescartão - SGPS, SA	-5
Grupo Soares da Costa, SGPS, SA	-4.352
Imobiliária Construtora Grão Pará, SA	-49
Inapa - Investimentos, Particip. e Gestão, SA	0
Mota-Engil, SGPS, SA	0
Papelaria Fernandes - Indústria e Comércio, SA	32
Portucel - Empresa Prod. Pasta e Papel, SA	0
Semapa - Soc. Investimento e Gestão, SGPS, SA	0
Sonae Indústria, SGPS, SA	-10.996
Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, SA	0
VAA - Vista Alegre Atlantis, SGPS, SA	-7.261
Salvador Caetano - Ind.Metal.Veículos Transp.,SA	0
Brisa - Auto Estradas de Portugal, SA	71.164
Estoril Sol - SGPS, SA	0
Grupo Media Capital SGPS, SA	0
Ibersol - SGPS, SA	0
Impresa - SGPS, SA	297
PT Multimédia - Serv.Telec. Multim., SGPS, S.A	274
Sociedade Comercial Orey Antunes, SA	-8
Tertir - Terminais de Portugal, SA	0
Modelo Continente - SGPS, SA	-470
Portugal Telecom, SGPS, SA	962
Sonae - SGPS, SA	-240.867
Compta – Equip. e Serviços de Informática, SA	0
Reditus - SGPS, SA	0
Pararede - SGPS, SA	0
EDP - Energias de Portugal, SA	-14.780
<b>Total</b>	<b>-215.528</b>

## Anexo 12 – Variação na Rubrica “Outras Contas a Receber”

Empresa	Variação em Outras contas a receber
SAG Gest - Sol. Automóvel Globais, SGPS, SA	0
Corticeira Amorim - SGPS, SA	0
Sumolis - Comp. Ind.de Frutas e Bebidas, SA	0
Cimpor - Cimentos de Portugal, SGPS, SA	-785
CIN - Corporação Industrial do Norte, SA	0
Cofina, SGPS, SA	0
Companhia Ind. Resinas Sintéticas - Cires, SA	0
Fisipe - Fibras Sintéticas de Portugal, SA	0
Gescartão - SGPS, SA	0
Grupo Soares da Costa, SGPS, SA	0
Imobiliária Construtora Grão Pará, SA	0
Inapa - Investimentos, Particip. e Gestão, SA	0
Mota-Engil, SGPS, SA	51.732
Papelaria Fernandes - Indústria e Comércio, SA	0
Portucel - Empresa Prod. Pasta e Papel, SA	0
Semapa - Soc. Investimento e Gestão, SGPS, SA	-23.047
Sonae Indústria, SGPS, SA	0
Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, SA	0
VAA - Vista Alegre Atlantis, SGPS, SA	0
Salvador Caetano - Ind.Metal.Veículos Transp.,SA	0
Brisa - Auto Estradas de Portugal, SA	0
Estoril Sol - SGPS, SA	0
Grupo Media Capital SGPS, SA	0
Ibersol - SGPS, SA	0
Impresa - SGPS, SA	0
PT Multimédia - Serv.Telec. Multim., SGPS, S.A	0
Sociedade Comercial Orey Antunes, SA	0
Tertir - Terminais de Portugal, SA	0
Modelo Continente - SGPS, SA	0
Portugal Telecom, SGPS, SA	34.331
Sonae - SGPS, SA	0
Compta – Equipam. e Serviços de Informática, SA	0
Reditus - SGPS, SA	0
Pararede - SGPS, SA	0
EDP - Energias de Portugal, SA	-696.590
<b>Total</b>	<b>-634.358</b>

### Anexo 13 – Variação na Rubrica “Activos por Impostos Diferidos”

Empresa	Variação em Activos por impostos diferidos
SAG Gest - Sol. Automóvel Globais, SGPS, SA	972
Corticeira Amorim - SGPS, SA	824
Sumolis - Comp. Ind. de Frutas e Bebidas, SA	1.931
Cimpor - Cimentos de Portugal, SGPS, SA	-18.848
CIN - Corporação Industrial do Norte, SA	774
Cofina, SGPS, SA	8.793
Companhia Ind. Resinas Sintéticas - Cires, SA	2.572
Fisipe - Fibras Sintéticas de Portugal, SA	1.574
Gescartão - SGPS, SA	2.024
Grupo Soares da Costa, SGPS, SA	12.843
Imobiliária Construtora Grão Pará, SA	0
Inapa - Investimentos, Particip. e Gestão, SA	0
Mota-Engil, SGPS, SA	1.720
Papelaria Fernandes - Indústria e Comércio, SA	0
Portucel - Empresa Prod. Pasta e Papel, SA	21.741
Semapa - Soc. Investimento e Gestão, SGPS, SA	13.202
Sonae Indústria, SGPS, SA	5.829
Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, SA	10.944
VAA - Vista Alegre Atlantis, SGPS, SA	2.202
Salvador Caetano - Ind. Metal. Veículos Transp., SA	421
Brisa - Auto Estradas de Portugal, SA	4.667
Estoril Sol - SGPS, SA	0
Grupo Media Capital SGPS, SA	20.718
Ibersol - SGPS, SA	0
Impresa - SGPS, SA	492
PT Multimédia - Serv. Telec. Multimédia, SGPS, S.A	1.386
Sociedade Comercial Orey Antunes, SA	38
Tertir - Terminais de Portugal, SA	0
Modelo Continente - SGPS, SA	59.732
Portugal Telecom, SGPS, SA	157.212
Sonae - SGPS, SA	216.951
Compta - Equipamento e Serviços de Informática, SA	0
Reditus - SGPS, SA	4.422
Pararede - SGPS, SA	0
EDP - Energias de Portugal, SA	263.087
<b>Total</b>	<b>798.227</b>

## Anexo 14 – Variação na Rubrica “Outros Activos não Correntes”

Empresa	Variação em Outros Activos não Correntes
SAG Gest - Sol. Automóvel Globais, SGPS, SA	0
Corticeira Amorim - SGPS, SA	614
Sumolis - Comp. Ind.de Frutas e Bebidas, SA	0
Cimpor - Cimentos de Portugal, SGPS, SA	-4.499
CIN - Corporação Industrial do Norte, SA	325
Cofina, SGPS, SA	118
Companhia Ind. Resinas Sintéticas - Cires, SA	0
Fisipe - Fibras Sintéticas de Portugal, SA	0
Gescartão - SGPS, SA	-1.893
Grupo Soares da Costa, SGPS, SA	0
Imobiliária Construtora Grão Pará, SA	0
Inapa - Investimentos, Particip. e Gestão, SA	-27.831
Mota-Engil, SGPS, SA	0
Papelaria Fernandes - Indústria e Comércio, SA	0
Portucel - Empresa Prod. Pasta e Papel, SA	0
Semapa - Soc. Investimento e Gestão, SGPS, SA	0
Sonae Indústria, SGPS, SA	203
Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, SA	0
VAA - Vista Alegre Atlantis, SGPS, SA	0
Salvador Caetano - Ind.Metal.Veículos Transp.,SA	-1.237
Brisa - Auto Estradas de Portugal, SA	5.086
Estoril Sol - SGPS, SA	41
Grupo Media Capital SGPS, SA	50.266
Ibersol - SGPS, SA	0
Impresa - SGPS, SA	31.817
PT Multimédia - Serv.Telec. Multimédia, SGPS, S.A	-23.875
Sociedade Comercial Orey Antunes, SA	0
Tertir - Terminais de Portugal, SA	0
Modelo Continente - SGPS, SA	0
Portugal Telecom, SGPS, SA	804.125
Sonae - SGPS, SA	22.478
Compta - Equipamento e Serviços de Informática, SA	0
Reditus - SGPS, SA	0
Pararede - SGPS, SA	0
EDP - Energias de Portugal, SA	0
<b>Total</b>	<b>855.736</b>



## Anexo 15 – Variação na Rubrica “Activos Disponíveis para Venda”

Empresa	Variação em Activos disponíveis para venda
SAG Gest - Sol. Automóvel Globais, SGPS, SA	0
Corticeira Amorim - SGPS, SA	0
Sumolis - Comp. Ind.de Frutas e Bebidas, SA	0
Cimpor - Cimentos de Portugal, SGPS, SA	0
CIN - Corporação Industrial do Norte, SA	-1.263
Cofina, SGPS, SA	-4.022
Companhia Ind. Resinas Sintéticas - Cires, SA	-22
Fisipe - Fibras Sintéticas de Portugal, SA	0
Gescartão - SGPS, SA	0
Grupo Soares da Costa, SGPS, SA	0
Imobiliária Construtora Grão Pará, SA	0
Inapa - Investimentos, Particip. e Gestão, SA	56.394
Mota-Engil, SGPS, SA	-42.790
Papelaria Fernandes - Indústria e Comércio, SA	0
Portucel - Empresa Prod. Pasta e Papel, SA	0
Semapa - Soc. Investimento e Gestão, SGPS, SA	24.211
Sonae Indústria, SGPS, SA	6.304
Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, SA	-6.849
VAA - Vista Alegre Atlantis, SGPS, SA	0
Salvador Caetano - Ind.Metal.Veículos Transp.,SA	0
Brisa - Auto Estradas de Portugal, SA	137.817
Estoril Sol - SGPS, SA	356
Grupo Media Capital SGPS, SA	0
Ibersol - SGPS, SA	0
Impresa - SGPS, SA	0
PT Multimédia - Serv.Telec. Multimédia, SGPS, S.A	0
Sociedade Comercial Orey Antunes, SA	0
Tertir - Terminais de Portugal, SA	0
Modelo Continente - SGPS, SA	0
Portugal Telecom, SGPS, SA	0
Sonae - SGPS, SA	0
Compta - Equipamento e Serviços de Informática, SA	0
Reditus - SGPS, SA	0
Pararede - SGPS, SA	0
EDP - Energias de Portugal, SA	0
<b>Total</b>	<b>170.136</b>